



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

AMANDA DE FÁTIMA ANDRADE SANTOS

**NEGLIGÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
Análise da Intervenção do Serviço Social na Área Sociojurídica**

BRASÍLIA/DF
2013

AMANDA DE FÁTIMA ANDRADE SANTOS

**NEGLIGÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
Análise da Intervenção do Serviço Social na Área Sociojurídica**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
de Brasília como requisito parcial à obtenção de
título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Msª Lucélia Luiz Pereira

BRASÍLIA/DF

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

AMANDA DE FÁTIMA ANDRADE SANTOS

NEGLIGÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Análise da Intervenção do Serviço Social na Área Sociojurídica

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Monografia aprovada em: 24/07/2013

BANCA EXAMINADORA

Profª Msª Lucélia Luiz Pereira
(Orientadora – SER/UnB)

Profª Msª Priscila Maia de Andrade
(Membro Interno ao SER/UnB)

Assistente Social Denise de Oliveira Alfaiate
(Membro Externo do SER/UnB)

Dedico

à minha família: Sueli, Antônio Cezar, Alana, André e Alex.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e oportunidade de estar no mundo.

Aos meus pais, meus irmãos e minha irmã pelo que sou, por fazerem parte de mim e estarem presentes na minha caminhada.

Agradeço a todos os/as colegas e amigos da segunda turma de 2009 do curso de Serviço Social da UnB, por todos os momentos especiais durante esses quatro anos.

Em especial, agradeço às amigas Thamara, Lynn, Silvia, Dani e Jaisa pela boa companhia proporcionada, por compartilharem os bons e maus momentos em suas vidas, pelas discussões e risadas que marcaram essa trajetória.

Agradeço também ao Sr. Lourival pelo carinho que me concede e por compartilhar sua história de vida, pelo exemplo de homem que é.

Meus agradecimentos aos meus amigos e companheiros de baladas inseparáveis Linniker e Renni, por cuidarem de mim quando eu preciso.

Aos professores do curso de Serviço Social, pelos ricos conhecimentos ministrados, em especial à professora Lucélia, pelo empenho e dedicação na orientação deste trabalho; à professora Priscilla, por ter aceitado participar da minha banca examinadora.

Agradeço às profissionais da SEASIR, especialmente à Denise Alfaiate pela dedicação em me supervisionar e pela importância que concede ao estágio.

Aos amigos inesquecíveis que marcaram meu ensino médio, os quais a amizade ainda permanece: Aninha, Rafa e Douglas.

E a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuem para o meu crescimento e amadurecimento, se sintam contemplados.

A todos, os meus agradecimentos.

“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente, determina a sua consciência”.

(Karl Marx).

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema central a negligência familiar contra crianças e adolescentes e a intervenção do Serviço Social diante dessas demandas na área sociojurídica. A negligência familiar é uma das modalidades de violência doméstica contra crianças e adolescentes mais frequentes, e compreende-se que é um fenômeno que necessita ser discutido abarcando suas controvérsias numa perspectiva de totalidade, a qual implica uma articulação entre as dimensões da tríade *universalidade-particularidade-singularidade*.

Como objetivo geral, a pesquisa propôs analisar as intervenções de assistentes sociais nas situações de ameaça a perda da guarda e do poder familiar de crianças e adolescentes negligenciados, tendo em vista a compreensão desse fenômeno pelos profissionais. Isto é, como essas situações são percebidas e analisadas pelos assistentes sociais a partir da perspectiva de totalidade, foi a problematização que guiou este trabalho.

A pesquisa teve como metodologia uma abordagem de natureza qualitativa sobre o fenômeno da negligência, utilizando análise documental de relatórios e pareceres realizados por assistentes sociais, bem como entrevista com esses profissionais. O método de análise utilizado foi o materialismo dialético.

Nesse sentido, diante desse método de compreensão da realidade, a pesquisa demonstra que nas situações de negligência estudadas, as análises realizadas pelos assistentes sociais enfatizam as questões singulares dos sujeitos atendidos, demonstrando dificuldade em se estabelecer mediações com os determinantes mais gerais da sociedade.

Palavras-chave: Negligência familiar; criança/adolescente; famílias; Serviço Social.

ABSTRACT

This research is focused on the family neglect against children and adolescents and Social Services intervention before these demands in judiciary. The negligence family is a methods of domestic violence against children and adolescents frequently, and understands that it is a phenomenon that needs to be discussed covering their disputes in a perspective of wholeness, which implies a relationship between the dimensions of the triad universality-particularity -singularity.

As a general objective, the research proposes to analyze the interventions of social workers in situations of threat and losing custody of family power of neglected children and adolescents in order to understand this phenomenon by professionals. This is how these situations are perceived and evaluated by social workers from the perspective of totality was the questioning that guided this work.

The research methodology was to approach the qualitative nature of the phenomenon of neglect, using documentary analysis of reports and opinions made by social workers, as well as interviews with these professionals. The analysis method used was dialectical materialism.

Accordingly, before this method of understanding reality, research shows that in situations of neglect studied, the analyzes carried out by social workers emphasize the unique issues of the subjects treated, demonstrating the difficulty in establishing mediation with the broader determinants of society.

Keywords: Negligence family, children/adolescents, families, Social Work.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Motivo de acolhimento institucional	50
Tabela 2: Brasil: crianças e adolescentes abrigados segundo os motivos do abrigamento.....	51
Tabela 3: Configuração familiar do(s) responsável legal da criança/adolescente	61
Tabela 4: Renda familiar dos responsabilizados pela negligência	63
Tabela 5: Renda familiar dos responsáveis pela criança/adolescente	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Responsável pela negligência familiar.....	58
Gráfico 2: Responsável pela negligência familiar.....	59
Gráfico 3: Responsável legal pela criança/adolescente	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

Art. – Artigo

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

DF – Distrito Federal

DPF – Destituição do Poder Familiar

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IH – Instituto de Ciências Humanas

IP – Instituto de Psicologia

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LACRI – Laboratório de Estudos da Criança

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SPDCA – Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UnB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

VDCA – Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 – O Serviço Social na Área Sociojurídica	18
1.1. A profissão de Serviço Social no Brasil	18
1.2. Atuação do Serviço Social na área sociojurídica.....	22
1.3. Negligência Familiar contra a criança e o adolescente: uma demanda para o Serviço Social na área sociojurídica.....	26
Capítulo 2 - Compreendendo a Negligência Familiar sob a ótica das relações sociais e suas determinações na sociabilidade capitalista	32
2.1. Família e Gênero	32
2.1.1. Construção da Família	32
2.1.2. Papeis de Gênero.....	37
2.2. As Relações Sociais na Sociabilidade Capitalista e suas Determinações.....	40
2.2.1. Determinações Objetivas, Questão Social e Mediação	40
2.2.2. Imediaticidade nas relações sociais e familiares	45
2.2.3. A negligência familiar no contexto das determinações sociais.....	49
Capítulo 3 – Metodologia.....	53
3.1. Caracterização da Instituição e dos Usuários	53
3.2. Métodos de Pesquisa e Coleta dos Dados.....	54
3.3. Aspectos Éticos	57
Capítulo 4 – Negligência Familiar e a intervenção do Serviço Social	58
4.1. Família e Gênero	58
4.2. Situação Socioeconômica.....	63
4.3. Negligência Familiar contra Crianças e Adolescentes.....	65
4.3.1. A negligência segundo a ótica das assistentes sociais	65
4.3.2. A intervenção do Serviço Social nas situações de negligência.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	88
APÊNDICES.....	92

INTRODUÇÃO

A aproximação com o tema da negligência familiar contra crianças e adolescentes se deu pelo acompanhamento das intervenções de assistentes sociais em uma instituição da área sociojurídica do DF, na condição de estagiária de Serviço Social na referida instituição. Portanto, essa é uma pesquisa com profissionais de Serviço Social dessa instituição que, por razões éticas, não será revelada o nome.

O fenômeno da negligência familiar abarca uma complexidade que não deve ser apenas quantificada, portanto, essa pesquisa é de caráter qualitativo, cujo método de análise é o materialismo dialético. Esse método possibilita compreender as representações sociais a partir dos contextos históricos, das determinações socioeconômicas dos fenômenos, das relações sociais de produção e de dominação na sociedade capitalista (MINAYO, 2010: 24).

A negligência familiar contra crianças e adolescentes é uma das formas de violência doméstica contra esses sujeitos que, nas últimas décadas, vem ganhando maior visibilidade. O conceito de negligência adotado nessa pesquisa enfatiza que a negligência familiar é a omissão de pais ou responsáveis em prover as necessidades dos filhos, desde que estes responsáveis tenham condições para tal.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a legislação que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes desde a década de 1990, na qual foi resultado da luta dos movimentos sociais para a garantia dos direitos dessa população.

Trata-se de uma legislação que revogou o Código de Menores de 1979. Este considerava a criança e o adolescente enquanto “menores em situação irregular”, incorporando as situações de abandono e delinquência e as enfrentando de forma repressiva. Dessa forma, o ECA problematiza tais concepções e se torna a primeira legislação a considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos em processo de desenvolvimento, tendo como base doutrinária a proteção integral desses sujeitos.

Essa visão rompe com o paradigma de criança-objeto da intervenção jurídico-estatal. Nesse sentido, a família, a sociedade e o Estado são os responsáveis por garantir o desenvolvimento das crianças e adolescentes, garantindo seus direitos. Entretanto, em um contexto de desresponsabilização do Estado pela proteção social, advindo, pois, com os ajustes neoliberais, o indivíduo e a família se tornam os principais responsáveis pelo desenvolvimento de suas condições sociais, econômicas etc.

É nessa perspectiva que a negligência contra crianças e adolescentes se torna

cada vez mais visível e a família a principal responsável por este fenômeno. Nesse sentido, a negligência familiar, como uma das situações de violação dos direitos, pode acarretar até mesmo na retirada da criança de sua família. O ECA, por sua vez, dispõe - em seu Art. 23 - que a situação de pobreza da família não deve ser motivo para a retirada da criança/adolescente da convivência familiar. Entretanto, pesquisas¹ realizadas sobre a negligência familiar apontam que, geralmente, as famílias consideradas negligentes são aquelas que estão em situação de pobreza.

Nesse sentido, pesquisas sociais sobre o fenômeno da negligência familiar, muitas vezes, exigem grande complexidade nas análises, uma vez que, tal fenômeno, usualmente, não vem sendo compreendido com todas as suas contradições, compreensão essa feita pelo Estado e por profissionais que trabalham cotidianamente com essa demanda.

Essa pesquisa, portanto, se torna relevante ao tentar desvendar as contradições do fenômeno da negligência familiar, inclusive no que diz respeito a intervenções que possam vir a se contrapor a legislações que estabelece que a situação de pobreza não deve ser motivo para a retirada de uma criança de sua família.

Crianças e adolescentes vítimas da negligência familiar compõem uma demanda que cotidianamente é julgada pelo Poder Judiciário do Estado. Esse é um fenômeno que necessita de mais atenção e problematização, uma vez que o mesmo tem crescido ultimamente.

Uma pesquisa do LACRI (Laboratório de Estudos da Criança) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), realizada em 16 estados brasileiros e no Distrito Federal, constatou em 2007 que a negligência ocupou o primeiro lugar (46,3% das denúncias notificadas) na violência contra crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade. Este, portanto, é um dado estatístico que revela a importância do enfrentamento dessa questão.

Dessa forma, por uma variedade de limitações conjunturais e institucionais postas ao trabalho do Serviço Social, pesquisas sobre as demandas sociais, incluindo a negligência familiar, se tornam cada vez mais importantes, uma vez que, o cotidiano profissional pode não favorecer ao profissional intervir com criticidade, bem como não estabelecer as mediações necessárias entre as condições singulares dos sujeitos atendidos e as condições universais de estrutura e organização da sociedade.

Nesse sentido, essa pesquisa teve como objeto de estudo as intervenções dos profissionais de Serviço Social que trabalham com a demanda da negligência familiar,

¹ - Ver Nascimento, Cunha e Vicente (2008).

no Judiciário. Mais especificamente, teve como **objetivo geral** analisar a intervenção do Serviço Social nas situações judiciais de ameaça a perda da guarda e do poder familiar² de crianças e adolescentes negligenciados, tendo em vista a compreensão da complexidade desse fenômeno pelos profissionais da área.

Na instituição judiciária onde se realizou a pesquisa, as ações dos assistentes sociais se desenvolvem mediante a *determinação judicial* para realização de estudos sociais das demandas que aparecem ao Serviço Social, com apresentação de relatórios e pareceres à autoridade judiciária. As demandas que compõem o tema dessa pesquisa se refere a crianças e adolescentes negligenciados pela família, com direito à medidas de proteção.

Dessa forma, foram traçados os seguintes **objetivos específicos**:

- Analisar os relatórios e pareceres, realizados por assistentes sociais, dos processos judiciais (Autos de Guarda e Responsabilidade, e Destituição do Poder Familiar), cuja situação seja a negligência familiar;
- Identificar as condições objetivas e subjetivas das famílias de crianças e adolescentes negligenciados;
- Identificar as concepções de negligência, família e papéis de gênero presentes nas intervenções do assistente social, nos casos de negligência;
- Analisar a direção social que o assistente social imprime em sua intervenção profissional, nesses casos.

Atualmente, os assistentes sociais são formados a intervir nas expressões da questão social, na qual, a partir de um referencial crítico-dialético que compreende as reais determinações societárias, se veem possibilitados a perceberem que as situações singulares dos sujeitos os quais atende só se explicam a partir de referenciais à totalidade social, que é a sociedade capitalista e suas determinações (GERRA, 2007: 15).

Nessa perspectiva, a **problematização** que guiou essa pesquisa se refere a: como as situações envolvendo a negligência familiar são analisadas pelos assistentes sociais em suas intervenções a partir da compreensão dialética da realidade social, na qual implica estabelecer as mediações entre a aparência do fenômeno (singularidade)

² - As ações judiciais de Guarda e Responsabilidade, e de Destituição do Poder Familiar estão descritas no Capítulo 3 deste estudo.

e as determinações sócio-históricas das relações sociais (universalidade)?

Diante de tal compreensão dialética da realidade, na qual pressupõe a perspectiva de totalidade e as mediações da tríade: *universalidade-particularidade-singularidade*, o fenômeno da negligência deve ser compreendido como um complexo constituído por determinantes objetivos e subjetivos da realidade dos sujeitos responsáveis, mediado pelas singularidades e pela universalidade.

Entretanto, o próprio cotidiano profissional, a ideologia e objetivos da instituição judiciária, bem como o foco das intervenções sobre as demandas institucionais podem impedir que os assistentes sociais realizem análises mais complexas sobre esse fenômeno, utilizando para tal um arcabouço teórico consistente, em articulação com as dimensões técnico-operativas e ético-políticas da profissão.

Desse modo, a pesquisa teve como **hipótese** que na compreensão das situações de negligência familiar, realizadas por assistentes sociais, sobressai o plano singular e não a perspectiva de totalidade, implicando em uma sobreposição da subjetividade da interpretação, baseada em crenças e valores, em relação à objetividade da situação.

Para a compreensão das categorias adotadas nesse estudo, a pesquisa está estruturada em dois eixos teóricos que formam os dois primeiros capítulos:

O primeiro capítulo abarca uma síntese da história do Serviço Social no Brasil, compreendendo a atual direção social dessa profissão; bem como faz uma exposição sobre o campo sociojurídico e a demanda da negligência familiar contra crianças e adolescentes nessa área.

O segundo capítulo busca compreender a negligência familiar sob a ótica das relações sociais e suas determinações na sociabilidade capitalista, abrangendo discussões sobre família e relações de gênero, relações sociais na sociedade capitalista e negligência familiar no contexto das determinações sociais.

O capítulo três descreve o percurso metodológico da pesquisa de campo, em que foi realizada uma análise documental dos relatórios e pareceres sociais dos assistentes sociais, assim como foi feita entrevistas estruturadas com esses profissionais.

O último capítulo analisa os dados coletados à luz do referencial teórico adotado e dos objetivos da pesquisa. Faz uma caracterização do perfil das famílias envolvidas nas situações de negligência familiar e uma análise das concepções dos profissionais acerca da negligência, da família e do papel do Serviço Social na instituição; realiza ainda considerações sobre as percepções e análises das assistentes sociais em algumas situações selecionadas da amostra.

Por fim, cabe ressaltar que essa pesquisa teve o intuito de fazer algumas

reflexões sobre a intervenção do Serviço Social com essa demanda no judiciário, a fim de contribuir com esses profissionais, pois, compreende-se que este fenômeno exige mais pesquisas, cuja discussão exige mais apropriação pelo Serviço Social.

CAPITULO I - O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA

1.1. A profissão de Serviço Social no Brasil

A profissão de Serviço Social no Brasil surgiu em meados da década de 1930. A *perspectiva histórico-crítica*³ sobre a gênese do Serviço Social compreende

O surgimento da profissão como um produto da síntese dos projetos políticos-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração da classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social”. (MONTAÑO, 2009: 30).

A implantação do Serviço Social, portanto, está diretamente relacionada às transformações econômicas e sociais que perpassam a sociedade brasileira. De acordo com Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2009), o surgimento da profissão se dá no seio do *bloco católico*, a partir de sua base social, de sua doutrina e ideologia. Segundo a autora, o Serviço Social,

No plano ideológico, estará embebido de uma doutrina social totalitária; de um projeto de desenvolvimento harmônico para a sociedade; de uma terceira via, em que o capitalismo é exorcizado de seu conteúdo liberal; em que este capitalismo transfigurado e recristianizado aparece como concorrente ao socialismo, na luta pela conquista e enquadramento das classes subalternas. O fulcro de sua atuação ainda embrionária será a ação doutrinária. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009: 214).

Nessa perspectiva, o Serviço Social tenta penetrar nos meios populares, de forma a enquadrá-los, visando a sua transformação em instrumento de pressão para a reconquista dos privilégios materiais e ideológicos da Igreja e a defesa de seus interesses políticos (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009). Aqui, a Doutrina Social da Igreja substitui

[...] a análise da realidade e a prática social para o enfrentamento da “questão social” por valores, exigências, isto é, por uma apreensão

³ - Há uma segunda tese que compreende a gênese do Serviço Social como uma evolução, tecnificação das formas de assistência e ajuda. Segundo Montaña (2009), esta perspectiva está metodológica e teoricamente equivocada, pois, dentre outros argumentos, não considera o papel que o Serviço Social desempenha na ordem social, ou seja, nesta perspectiva, a profissão não cumpre uma função socioeconômica e política dentro da ordem capitalista.

moral dos fenômenos sociais, através de categorias abstratas como descristianização, liberalismo etc. As soluções propostas permanecerão dentro do mesmo enfoque ético e religioso, resultando em apelos à consciência. (p. 230-231).

Ao longo do desenvolvimento do Serviço Social, a profissão atravessa processos significativos de transformações metodológicas que incidiram e incidem diretamente na prática interventiva. Esse processo ocorre, pois, a partir de uma aproximação com a teoria marxista⁴ sobre as relações sociais, de modo que, nas intervenções, os assistentes sociais buscam romper com práticas moralizantes, individualizantes e psicologizantes, estabelecendo mediações com a totalidade das determinações sociais e econômicas que incidem na vivência dos sujeitos, os quais atende.

A teoria social crítica, da qual o Serviço Social se apropria, busca analisar as contradições presentes na organização da sociedade capitalista. Tal organização promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade. Trata-se, portanto, da “questão social”, conjunto das expressões das desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, engendradas na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2012).

Quando se compreende essas determinações, é possível extrair a “questão social” da arena privada (responsabilidade dos indivíduos singulares por suas dificuldades e pela sua pobreza - tal como ocorria no tradicionalismo do Serviço Social), transferindo-a para a arena pública, onde há o reconhecimento dos direitos sociais. É nessa perspectiva que a autora Iamamoto⁵ analisa as expressões da “questão social” como “matéria” do Serviço Social.

Nessa lógica, a crítica ao conservadorismo, pelo Serviço Social, se inicia desde a segunda metade dos anos de 1960, com o movimento que ficou conhecido por Processo de Renovação do Serviço Social⁶. Nesse contexto, mais precisamente na

⁴ - Yazbek (2009) analisa que a vertente marxista (do Movimento de Reconceituação do Serviço Social) é aquela que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes. No Brasil, em fins da década de 1970, essa vertente vai se configurar, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx, o que vai implicar na aproximação de abordagens reducionistas dos marxismos.

⁵ - Ver IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. Atribuições privativas do assistente social em questão, 2012.

⁶ - O Processo de Renovação compõe, cronologicamente e teoricamente, três direções principais. A primeira conforma uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais, no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas perspectiva modernizadora para as concepções profissionais, no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no

transição da década de 70 à de 80, inicia-se a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social⁷, que conquistou hegemonia na profissão a partir da década de 1990 (NETTO, 1999).

O Projeto Ético-Político, ao mesmo tempo em que é um projeto profissional, se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem societária sem exploração e dominação de classe, esse posicionamento é próprio da dimensão política do Projeto.

O autor Marcelo Braz (2002) analisa que “ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário” (p. 407-408). Nesse sentido, o Projeto apresenta uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social, saberes interventivos etc.

De acordo com Netto, o Projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central; defende o compromisso com a autonomia e a emancipação dos sujeitos sociais; afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos; se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços sociais; defende a radicalização da democracia, considerando a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (1999: 155). O Projeto também defende o pluralismo, e assinala que

[...] o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores. (Netto, 1999: 156).

Embora o Projeto Ético-Político tenha conquistado hegemonia no Serviço Social, como já explicitado, essa hegemonia tem sido ameaçada pela atual conjuntura

arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes. A segunda direção é conhecida como a reatualização do conservadorismo, pois recupera os componentes da herança conservadora da profissão ao conceder destaque às dimensões da subjetividade, atendendo às requisições psicologistas. A terceira direção é a perspectiva que se propõe como intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional”. Essa direção manifesta a pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista) e com os seus paradigmas de intervenção social (NETTO, 2009).

⁷ - Os pilares que dão materialidade ao Projeto Profissional, a partir da década de 1990, são: O Código de Ética do Assistente Social de 1993, que estabelece os direitos e deveres desses profissionais segundo princípios e valores humanistas; a Lei nº. 8662/93, que regulamenta a profissão; e as diretrizes curriculares para a área de Serviço Social propostas pelas unidades de ensino através da ABEPSS.

política e econômica do Brasil. Conjuntura essa que imprime políticas neoliberais de flexibilização do trabalho e regressão dos direitos sociais, que repercutem tanto no seio da categoria profissional - sob a forma do neoconservadorismo profissional (Braz, 2002) - como no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais, na qual possuem uma relativa autonomia quanto à implementação do Projeto.

Iamamoto analisa que, em meio a esse contexto, o assistente social, que é chamado para implementar e viabilizar os meios de acesso aos direitos sociais, “vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e os serviços sociais públicos” (2009: 271).

Nesse sentido, são muitas as contradições que se expressam entre a direção social que o assistente social pode imprimir ao seu trabalho e as exigências impostas pelos empregadores aos trabalhadores assalariados. De acordo com Raichelis (2011), a alienação do trabalho é indissociável do estatuto assalariado, o que estabelece uma tensão com o Projeto Ético-Político. A autora destaca que na conjuntura neoliberal

[...] aprofunda-se a precarização, aberta ou velada, das condições em que esse trabalho se realiza, considerando o estatuto do trabalhador assalariado do assistente social, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto. (Raichelis, 2011: 434).

Dessa forma, a profissão de Serviço Social, como as demais profissões, se insere em um movimento contraditório, próprio da sociedade capitalista. Quando se pensa o Projeto Profissional, é preciso articular essas duas dimensões: as condições macrosocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão (os limites e as possibilidades), e as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto.

Nesse sentido, faz-se necessário, como forma de luta e resistência às condições de precarização do trabalho e da vida da população, defender o Projeto Profissional da categoria; fortalecer a resistência ao mero produtivismo quantitativo, no âmbito institucional; expandir a qualificação e capacitação continuadas; lutar por espaços institucionais coletivos de estudo e de reflexão sobre o trabalho desenvolvido; reforçar uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil para definir estratégias comuns no campo democrático. Esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais, e a necessidade de organização para a sua defesa.

Ao Serviço Social, portanto, compete viabilizar o acesso aos direitos sociais da

população usuária dos serviços sociais. Atualmente, no Brasil, grande parte dos assistentes sociais intervém, em suas práticas profissionais, com a execução das políticas sociais públicas, isto é, no Poder Executivo do Estado. Entretanto, a centralidade nas expressões da questão social como a matéria do Serviço Social permite considerar as inserções desses profissionais também nos Poderes Legislativo e Judiciário. Esse último, mais especificamente no que se refere à Justiça da Infância e Juventude, será descrito no item a seguir.

1.2. Atuação do Serviço Social na Área Sociojurídica

O Poder Judiciário é um sistema de operacionalização do Direito⁸. Este, por sua vez, segundo Silvia Alapanian (2008), é um sistema de normas de condutas que regula a convivência dos indivíduos em sociedade. O Direito se constitui em um pilar do Estado liberal moderno, cujo modelo atual é o Estado democrático de Direito. Portanto, é

um sistema que permite o avanço e o aprimoramento da sociedade, numa evolução que partiu da busca pela garantia dos direitos civis e políticos, para uma modalidade mais recente, que é a busca pela garantia dos direitos sociais. (ALAPANIAN, 2008, p.176).

Historicamente, na sociedade brasileira, o Direito vem enunciando saberes e práticas que se reduzem à ordem estabelecida, isto é, o *direito positivo*⁹, que se efetiva dentro de uma cultura normativista, uma mentalidade formalista por parte de membros do Judiciário (FÁVERO, 2005). Nessa perspectiva, a lei é colocada como expressão da verdade, o que pode implicar numa desconsideração das contradições, da historicidade, que envolvem as relações sociais e os direitos sociais, objetos de julgamento pelo Judiciário.

O Judiciário, portanto, é parte do Estado, instituição onde o poder se concretiza, na medida em que é acionado para agir frente às contradições ou “desvios”. Exerce a coerção pela norma, estabelecendo um padrão de normalidade aos indivíduos, que se expressam nos discursos, leis, normas. É uma

⁸ - Direito, aqui, compreende a ordem jurídica. Segundo Bobbio, um ordenamento jurídico tem como fim estabelecer os limites mínimos nos quais a sociedade deve funcionar sem que corra risco de autodestruição. O Direito tem como característica essencial o fato de que recorre, em última instância, à força física para obter as normas (ALAPANIAN, 2008).

⁹ - Direito Positivo é entendido como um conjunto de normas estabelecidas: admite-se a ideia de que a justiça está vinculada à moral, à ética de cada sociedade e, portanto, não existe parâmetro para a definição de um ideal de justiça.

instância normatizadora no dia a dia de indivíduos, grupos e classes sociais, busca pela lei enquadrar determinadas situações, visando a manutenção ou o restabelecimento da ordem. Seu poder é aplicado prioritariamente de forma coercitiva ou repressiva, direcionando para o disciplinamento, a normalização de condutas. (FÁVERO, 2005, p. 23).

No Poder Judiciário, a Justiça da Infância e Juventude, criada no Brasil ainda no período da República Velha com o surgimento das primeiras políticas para a infância, já revelavam tais características repressivas. As intervenções nesse campo também se norteavam por uma concepção de mundo e de sociedade baseada na democracia cristã e na ideia da possibilidade de se obter justiça social no âmbito da ordem capitalista (ALAPANIAN, 2008).

Nesse contexto, mais precisamente em 1927, foi instaurado o Código de Menores, que incorporava tanto a visão jurídica repressiva e moralista, como a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo¹⁰. Essa lei, então, formalizou a criação do Juízo Privativo de Menores (RIZZINI e PILOTTI, 2009). Portanto, o Juizado de Menores se legitimou como instância de regulação, controle e disciplinamento de crianças, adolescentes e famílias pobres, necessitando para tal o auxílio de algumas profissões.

O Serviço Social foi umas das profissões que se inseriu no Juizado de Menores, logo no início de sua criação. Segundo Eunice Fávero (2005), essa profissão foi construindo um saber de intervenções junto a crianças e adolescentes “abandonados ou desajustados”, provenientes das populações pobres. Dessa forma, o Serviço Social intervia no sentido de reajustá-las ou reintroduzi-las às condições normais de comportamento, determinadas pelas regras sociais vigentes.

É importante ressaltar que essas concepções e aportes teóricos balizaram as intervenções dos assistentes sociais até finais da década de 1970, quando houve o processo de reconceituação da profissão, numa aproximação com a teoria marxista e tentativa de superação do conservadorismo.

Nesse sentido, uma técnica fortemente utilizada nesse campo pelo Serviço Social Tradicional se referia às intervenções em casos individuais, conhecida como “Serviço Social de Casos”. Essa técnica pautava-se no referencial ideológico da doutrina social da igreja católica, que tomava como modelo de família a “sagrada

¹⁰ - Ver FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco, (orgs). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, 2009.

família” ou a família nuclear¹¹ (FÁVERO, 2001). Era um instrumental composto pelo estudo da situação, diagnóstico e tratamento. Assim,

O assistente social, por meio dessa metodologia, estudava a formação e o ambiente familiar, estabelecia um diagnóstico no qual apontava sua funcionalidade ou disfuncionalidade frente ao modelo estabelecido como “normal” e aplicava ou indicava formas de tratamento, as quais incluíam medidas judiciais acerca do “destino” da criança, como internações, colocação em família substituta, ou o que se denominava de reajustamento na e da família de origem. (FÁVERO, 2001, p. 44).

Na prática judiciária, portanto, o Serviço Social de casos tinha a finalidade de conhecer a “verdade” e indicar as medidas disciplinares, de apoio ou coercitivas, a serem aplicadas a determinados indivíduos. Para pesquisar a “verdade”, os assistentes sociais eram e, em alguma medida, ainda são solicitados pelo Judiciário como um elemento neutro perante a ação judicial, para trazerem subsídios, conhecimentos que sirvam de provas, de razões para determinadas decisões a serem tomadas (FÁVERO, 2005).

No entanto, cabe salientar que, quando o profissional realiza o estudo da situação, este não é conduzido com neutralidade, uma vez que, são condicionados pela consciência do profissional, por sua visão de mundo. E, naquele contexto, o Serviço Social tinha como suporte teórico-metodológico à sua prática interventiva a teoria positivista e funcionalista¹² acerca da sociedade. Nesse sentido, segundo Alapanian (2008), os interesses do Judiciário e do Serviço Social Tradicional “se convergiam, ambos buscando afirmação social e ampliação do seu espectro de ação sob o mesmo referencial teórico e político”. (p. 180).

No enfrentamento dos litígios, a partir dos estudos e aplicação de soluções específicas, o Judiciário atendia a um grande contingente de famílias pobres e, dessa forma, o Juizado de Menores foi se tornando uma grande estrutura assistencial de controle e fiscalização, na qual os assistentes sociais operacionalizavam esses serviços.

A autora Alapanian analisa que um dos principais serviços realizados pelos assistentes sociais no Juizado de Menores era o chamado Serviço de Colocação

¹¹ - A concepção de família nuclear será discutida no Capítulo 2 desse trabalho.

¹² - O horizonte analítico da teoria positivista aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos que se apresentam em sua imediatez. Essa perspectiva não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se apenas para ajustes e conservação. Em sua orientação funcionalista, essa perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório (YAZBEK, 2009: 147-148).

Familiar. Tratava-se de “um programa de transferência de renda que visava atender famílias empobrecidas com o fim de se evitar que entregassem seus filhos às instituições de abrigo”. (p. 180).

Tempos depois, com a apropriação de um saber profissional, os assistentes sociais passaram a desenvolver, também, mecanismos de apoio ao Judiciário na sua função de aplicação da lei. Assim,

As atividades de plantão e triagem para definição dos casos elegíveis pelo Juizado de Menores, bem como estudos sociais com vistas a elaborar pareceres para auxiliar o Juiz em suas decisões já se delineavam como uma demanda para o Serviço Social. (ALAPANIAN, 2008, p. 184).

Na contemporaneidade, o estudo social apresenta-se como suporte fundamental para a aplicação de medidas judiciais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8089. Os instrumentais que compõem o estudo social são as entrevistas, visitas domiciliares/institucionais, e o relatório social, sistematização dessas intervenções.

Além do relatório social, outros instrumentos de sistematização são utilizados pelo Serviço Social na área sociojurídica como o parecer social e o laudo social. O primeiro, de acordo com Cleier Marcosin (2010), é a “exposição e manifestação sucinta, enfocando-se objetivamente a questão ou situação social analisada por meio do estudo social, com uma finalização de caráter conclusivo ou indicativo”. (p. 73). Já o laudo social é um “documento fundamentado na área de conhecimento do serviço social, decorrente da perícia social, utilizado no meio judiciário como um dos elementos de ‘prova’, com a finalidade de dar suporte a uma decisão judicial”. (p. 72).

A Lei nº. 8089, criada em 1990 (que revoga o Código de Menores), considera a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e em processo de desenvolvimento. As medidas judiciais, portanto, são voltadas principalmente à proteção da criança e do adolescente em situação de risco.

Na definição de situação de risco, essa se faz presente quando uma criança ou adolescente está com seus direitos fundamentais violados ou ameaçados. De acordo com o ECA, as situações de violação de direitos podem ocorrer por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão da própria conduta da criança e do adolescente, conforme dispõe Art. 98.

A violência doméstica contra a criança ou adolescente é a categoria mais comum das situações de risco. Segundo Fávero (2001), ela

relaciona-se à vitimização da criança no próprio lar, traduzindo em maus tratos físicos, abuso sexual e violência psicológica. A

negligência, que alguns autores classificam também como violência doméstica, refere-se à falta de cuidados com a criança, levando-a a situação de risco pessoal. (p. 57).

A negligência familiar, objeto dessa pesquisa, é uma demanda posta ao Serviço Social no campo sociourídico, será melhor conceituada e problematizada no item a seguir.

1.3. Negligência Familiar contra crianças e adolescentes: uma demanda para o Serviço Social na Área Sociojurídica.

A atual legislação que trata dos direitos da criança e do adolescente estabelece em seu artigo 5º que “nenhuma criança ou adolescente será sujeito de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. (BRASIL, 2010). A lei é expressão do poder do Estado e o Judiciário está subordinado e ela.

A negligência contra a criança e o adolescente é considerada como violação dos direitos básicos, omissão aos direitos fundamentais dessa população que necessita de cuidados e proteção da família, da sociedade e do Estado. Como já explicitado, também pode ser considerada um ato de violência, na medida em que, segundo Azevedo e Guerra (2006),

[...] a violência contra crianças e adolescentes é todo ato ou **omissão** cometido pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento. (grifos nossos).

A negligência pode ser percebida nas relações em que há uma dependência de cuidados e de proteção de uns em relação a outros, isto é, quando necessidades específicas de uns só podem ser supridas por seus cuidadores.

A presente pesquisa adota o conceito de negligência a que se refere o autor Mario Santoro (2002): negligência familiar contra a criança e o adolescente é a “omissão do responsável pela criança ou adolescente em prover as necessidades básicas para o seu desenvolvimento (desde que o responsável pela criança possa prover aquelas necessidades)”.

Compartilha com o conceito de Baptista e Volic (2005)

[...] uma atitude é considerada negligente quando não acidental e quando expressa uma ação negativa ou uma ausência voluntária de exercício desses cuidados pelos seus responsáveis, a qual tem repercussões graves na vida daquele que é cuidado. [...] Existem situações em que o cuidador não tem acesso aos meios que lhe permitirão o suprimento das necessidades daquele que está sob sua responsabilidade, não em razão de ausência de sua vontade, mas em função de falta de condições objetivas que lhe possibilitem dar ao outro aquilo que ele precisa. Nesses casos, não se caracteriza negligência.

Nesse sentido, a *negligência familiar*

Configura-se quando os pais ou responsáveis falham em termos de prover as necessidades físicas, de saúde, educacionais, higiênicas de seus filhos e/ou de supervisionar suas atividades, de modo a prevenir riscos e quando tal falha **não é o resultado das condições de vida além do seu controle** (AZEVEDO, GUERRA, 1998). (grifos nossos).

Portanto, a negligência em todos os aspectos (não só familiar) é a negação e a falta de compromisso com as responsabilidades familiar, comunitária, social, institucional, governamental, desde que esses responsáveis tenham condições (emocionais, psíquicas, financeiras) para prover as necessidades de crianças e adolescentes.

Entretanto, há um conceito divergente do que foi adotado na pesquisa, que identifica a negligência familiar como sendo a ausência de proteção e cuidados, independente das condições dos sujeitos que a pratica.

Pais (ou pessoas) negligentes são aqueles que não atendem às necessidades dos filhos (ou crianças sob sua guarda) com ou sem recursos materiais, criando ou facilitando, consciente ou inconscientemente, situações lesivas a eles, o que configura sempre um maltrato psicológico e social, com reflexos no desenvolvimento da criança (inclusive biológico), constituindo uma dificuldade nas relações humanas e que, basicamente, revelam suas incapacidades de AMAR. (LIPPI, 1990: 19).

Esses conceitos, portanto, revelam a complexidade e as polêmicas que envolvem a temática.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, coloca o papel da família em primeiro lugar, quanto a essa responsabilização, ao estabelecer em seu artigo 4º que

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2010).

A negligência, no âmbito familiar, vem ganhando maior visibilidade, na medida em que é a família a principal responsável por prover as necessidades de seus filhos. Entretanto, cabe enfatizar que, uma vez que, a família não possui condições de acesso aos meios para suprir as necessidades de crianças e adolescentes, ela não pode ser considerada negligente.

As pessoas só são passíveis de serem responsabilizadas por negligência quando possuem as condições para atender às necessidades daqueles que estão aos seus cuidados e voluntariamente se omitirem. (BAPTISTA e VOLIC, 2005).

No que se refere a uma classificação da negligência contra crianças e adolescentes, alguns estudiosos¹³ destacam dificuldades teóricas e metodológicas, uma vez que, se trata de identificar ausência de padrões de cuidado e supervisão dos pais em relação aos filhos.

Por outro lado, alguns estudos revelam as formas, as causas, as consequências e os contextos que mais incidem para o aparecimento deste fenômeno. O autor Vicente Faleiros expõe que há muitas formas e graus de negligência, como por exemplo,

o abandono (forma extrema); crianças não registradas; pais que não reconhecem sua paternidade; crianças “deixadas/entregues/dadas sem papel passado” a familiares, conhecidos ou mesmo desconhecidos; crianças “pingue-pongue”, que circulam de “mão em mão” e que “não são de ninguém”; crianças e adolescentes que assumem responsabilidades de adultos (cuidam de si próprios e/ou de irmãos pequenos, assumem todas as tarefas domésticas, contribuem com a renda familiar e/ou se sustentam através da mendicância, trabalho infantil, prostituição); meninos e meninas de rua, sem controle ou proteção e expostos à violência familiar ou comunitária. (FALEIROS, 2008: 34).

Quanto ao contexto desse fenômeno, Fávero (2001) revela em sua pesquisa¹⁴,

¹³ - VOLIC, Catarina; BAPTISTA, Myrian Veras. Aproximações ao conceito de negligência. 2005. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nca/producao/negligencia.pdf>

¹⁴ - Pesquisa sobre as práticas judiciais no âmbito da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de São Paulo, intitulada “Rompimento dos vínculos do pátrio poder: condicionantes socioeconômicos e familiares”.

que os diferentes sujeitos “expressam a motivação da desistência ou da imposição da desistência de cuidar do filho” (p. 75) em condições de vida semelhantes.

[...] a maior parte é migrante, compõem-se de pessoas solteiras, mulheres sós, com arranjos familiares transitórios ou instáveis, estão sem trabalho ou têm trabalho precário, têm baixa ou nenhuma renda, instalem-se em moradias com poucas condições de habitabilidade ou provisórias, dentre outros. (idem)

Em estudos sobre a negligência contra a criança/adolescente, é recorrente a família ganhar centralidade, o que pode implicar em equívocos e culpabilizações quando não se considera a organização da sociedade e o papel do Estado na proteção social dessas famílias, crianças e adolescentes. Dessa forma, pouco se problematiza o quanto o Estado está sendo ausente com esses sujeitos, no sentido de garantir os direitos sociais da população.

Ainda sobre esse contexto, Fávero também analisa que

A ausência e/ou a retração das políticas públicas e a falta de conhecimento ou de acesso à Justiça para garantia de direitos por parte de parcelas da população, fazem com que, por vezes, as medidas de destituição e de extinção do pátrio poder, sejam tomadas em razão de apresentarem-se como os únicos caminhos para solucionar o que se percebe ou se avalia como necessidade de proteção prioritária a uma criança. (2001: 36).

Tendo em vista essas intervenções, no que se refere ao ECA, essa legislação parte do princípio da proteção integral desses sujeitos (art. 1º), que associada ao fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos (art. 20)¹⁵, o Estatuto garante a necessidade de se proteger legalmente qualquer criança contra seus próprios familiares, ao mesmo tempo em que reitera a convivência familiar como um direito fundamental da criança e do adolescente.

Nesse sentido, uma possível situação de risco da criança pode levá-la a ser retirada de sua família biológica e a ser inserida em programa de acolhimento institucional, em sua família extensa, ou mesmo em outra família. Tais situações cotidianamente são julgadas pelo Poder Judiciário do Estado e, o assistente social, exerce o papel de auxiliar do Juiz fornecendo subsídios à ação judicial, sendo demandado a intervir em tais vivências. Segundo Fávero, nesse contexto,

¹⁵ - Art. 20. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (BRASIL, 2010).

O Serviço Social contribui para operar o poder legal – que aplica a norma – e opera o poder profissional – pelo seu saber teórico-prático -, nas relações cotidianas, em ações micro e penetradas por micro-poderes. (2005: 21).

Portanto, em se tratando dos direitos da criança e do adolescente, a Justiça da Infância e Juventude é legitimada pela sociedade como competente para avaliar uma situação e emitir uma sentença, na aplicação da norma. Nessa perspectiva, Fávero também expõe que

O Judiciário tem a capacidade e a possibilidade formal de agir, de determinar o comportamento do homem. As ações que aí tramitam estão, direta ou indiretamente, proibindo ou autorizando condutas e, mais do que isso, formando opiniões, internalizando valores de obediência. (idem: 22).

A negligência, por sua vez, detectada a partir de um conjunto de regras e normas destinadas a regular as relações dos indivíduos numa dada sociedade, é uma atitude ou ato que não se coaduna com as prescrições de cuidados da sociedade em uma época determinada (BAPTISTA e VOLIC, 2005). Nesse sentido, a moral de uma sociedade é determinante para se considerar atitudes e comportamentos negligentes, uma vez que “a moral, na sociedade de classes, contribui para a veiculação de modos de ser e de valores que, inclusive, favorecem a legitimação da ordem social dominante” (BARROCO, 2009: 161).

Para essa legitimação, na luta de classes, a ideologia é um instrumento necessário. “A ideologia é um conjunto de ideias e de valores que desempenha funções na luta de classes”. Ela pode servir para o “ocultamento das contradições, favorecendo a reprodução das formas reificadas de veiculação das exigências e motivações morais, limitando-as à singularidade e ao individualismo” (idem: 163).

Acerca da ideologia do Judiciário, Alapanian afirma que o poder do Poder Judiciário está assentado no universo ideológico liberal. O Judiciário, como estrutura de controle social e organismo operacionador do direito positivo, está impregnado dos elementos ideológicos que fazem do Direito um pilar da sociedade no liberalismo (2008: 88). “O Estado moderno monopoliza a produção do direito e manipula os instrumentos normativos e políticos necessários à manutenção de um padrão específico de dominação” (FARIA apud ALAPANIAN, 2008: 89), e nesse sentido, reproduz a ideologia liberal.

Por essa ideologia, o Poder Judiciário, através de seus organismos, é legitimado e cobrado pela sociedade para resolver problemas que se expressam como

problemas individuais, mas que na realidade expressam as contradições da sociedade de classes. Dessa forma, cabe se perguntar se os profissionais do Judiciário, incluindo assistentes sociais, estão sendo usados consciente ou inconscientemente para legitimar o sistema de dominação, para a manutenção do status quo?

Nessa perspectiva, cabe analisar se nas situações consideradas negligentes, avaliadas e julgadas pelo Poder Judiciário, “a subjetividade da interpretação (baseada em crenças, em valores) se sobrepõe à objetividade da situação, vista apenas da perspectiva da imediatez dos fatos” (BAPTISTA e VOLIC, 2005). Isto é, os profissionais estão avaliando as situações a partir de seus valores pessoais ou a partir da complexidade das determinações objetivas da realidade?

Uma análise somente no plano da imediatez é despida das determinações sócio-históricas, na qual há uma naturalização de valores, normas e sistemas. Os valores não são dados, mas socialmente construídos e decorrentes de relações sociais. “Os valores são sociais, elementos constitutivos da nova objetividade – o produto –, e por isso, o valor é, ao mesmo tempo, produto da subjetividade do indivíduo e da objetividade da relação humano-genérica” (COELHO, 2008: 236).

Nessa mesma lógica, a instituição familiar também deve ser compreendida a partir do contexto histórico que lhe dá a forma e inserida nas relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista, pois os padrões familiares e as atribuições de “funções” para a família também não são dados, não são naturais – cuja existência independe da prática humana - são construídos socialmente.

CAPITULO II - COMPREENDENDO A NEGLIGÊNCIA FAMILIAR SOB A ÓTICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS E SUAS DETERMINAÇÕES NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

2.1. Família e Gênero

2.1.1. Construção da Família

Para a compreensão da instituição familiar é importante discutir sua constituição a partir de contextos históricos relacionados a sociedades tradicionais, abordando principalmente as configurações e concepções de família a partir do século XX.

A respeito dessas sociedades, Philippe Ariès, com base em estudos da história europeia - que se estendem da Idade Média às sociedades industriais – revela que

A família antiga tinha por missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana num mundo em que o homem e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver e, ainda nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas. (ARIÈS apud SILVA, 1982: 43).

Sobre os valores da família nesse período, a autora Lídia Silva acrescenta que

a função afetiva não pode ser identificada como algo fundamental à família nesta época, já que as trocas afetivas e comunicações sociais se faziam prioritariamente entre vizinhos, amigos, criados, crianças e velhos, mulheres e homens (SILVA, 1982: 43).

Acerca da infância nesse contexto histórico, Ariès¹⁶, a partir de seus estudos, compreende que a própria criança era tratada com abjeção, ou seja, não se considerava a infância nessa época, e a criança se desligava da família muito cedo, integrando-se ao mundo adulto.

Através dessas determinações sócio-históricas é possível desvelar que a instituição familiar não pode ser pensada como uma formação natural, derivada apenas da necessidade biológica da reprodução de espécie. Tal concepção tem uma função ideológica, uma vez que, justifica e legitima uma ordem societária. Nessa perspectiva, por muito tempo, e em alguma medida ainda hoje, a família vem sendo

¹⁶ - Ver em: ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro, 1981.

compreendida através de concepções naturalistas, conservadoras e moralistas. Segundo Segismundo Gontijo (1990),

A família tem por objetivo a cooperação, a convivência, a solidariedade e as relações sexuais entre pessoas de sexo diferente que a instituem, cuja finalidade é a prole e a educação da mesma. [...]. Destina-se não só à proteção da prole, como, também, à educação e à moralização da mesma. Nela são transmitidos os valores e os padrões morais vigentes na sociedade através da educação dos filhos. (p. 153).

Aqui fica evidente uma concepção de família com enfoque naturalista. Sobre essa perspectiva, Silva analisa a forte influência da doutrina cristã nessa concepção.

A ideologia de família manifestada pela Igreja deriva sempre a família da ordem da natureza (ou de Deus que criou a natureza) e a coloca como a base da sociedade. É na família que a sociedade tem origem, como é ela que garante sua preservação, estabilidade e coesão. (SILVA, 1982: 47).

Compreendendo a configuração da família já no século XX, a Revolução Industrial foi um marco histórico para a instituição privada da família, donde esse processo revolucionário possibilitou a separação entre o mundo do trabalho e o mundo familiar (SARTI, 2002).

A autora Sawaia (2002) analisa que nos anos 60 algumas teorias e práticas sociais críticas consideravam a família como antagônica aos movimentos sociais e à organização popular e, portanto, à esfera pública. Nesse sentido, a família era vista como espaço da reprodução do capital e da alienação, na qual “garante, por meio da ação da mãe (boa gestora da pobreza), a socialização menos rebelde e menos dispendiosa”. (p. 41).

Segundo a autora, essa perspectiva também concebe a família como uma esfera social naturalizada (SARTI, 2002). Entende-se, pois, que essa “naturalização” se refere a definições socialmente e moralmente instituídas pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade (jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos, pedagógicos). Essas referências, por sua vez, segundo Sarti, “constituem os ‘modelos’ do que é e como deve ser a família, ancorados numa visão que a considera como uma unidade biológica constituída segundo leis da ‘natureza’, poderosa força simbólica”. (2002: 23).

Nesse sentido, no imaginário social, há uma “idealização” da família, a ponto de estigmatizar algumas famílias que não se enquadram nesses modelos. É comum, nessa lógica, famílias pobres serem definidas como “desestruturadas”, como

incapazes de responderem às necessidades de seus filhos, sem considerar, no entanto, o lugar dos filhos no universo simbólico dessas famílias pobres (SARTI, 2002).

Ao longo da história, a família passou por processos de mudanças de alguns padrões de relacionamento instituídos socialmente. O desenvolvimento da tecnologia foi um marco nesse processo, na qual provocou mudanças significativas para a desconstrução de determinados padrões que, como já foi dito, naturalizam ideologicamente a família.

Tem-se como exemplo, nesse contexto, a partir da década de 1960, a difusão da pílula anticoncepcional em diversos países. Esse mecanismo separa a sexualidade da reprodução, o que interferiu consideravelmente na sexualidade feminina e, portanto, “criou as condições para que a mulher deixasse de ter sua vida e sexualidade atadas à maternidade como um ‘destino’” (SARTI, 2002: 21), o que, concomitantemente, ampliou as possibilidades de atuação da mulher no mundo do trabalho.

Nessa lógica, Fávero (2001) defende que as conquistas femininas foram cruciais para uma revolução cultural. Eric Hobsbawm explica que essa revolução cultural se traduz na “transformação de convenções de comportamento social e pessoal, e que vêm expressando-se em mudanças nos padrões e relações familiares”. (HOBSBAWM apud FÁVERO, 2001: 119).

É na dinâmica dessas transformações que surgiram algumas teorias que, segundo a autora Sawaia, apregoavam a extinção da família, tendo em vista que, a família perdia gradativamente suas “funções clássicas de cuidar e educar”. No entanto, a autora ressalta que essas análises não deram certo, uma vez que, na contemporaneidade, há um enaltecimento da família, enquanto instituição, estas estão cada vez mais em evidência nas políticas públicas.

Contraditoriamente, Fávero (2001) analisa que, nos dias atuais, ainda há uma internalização, pelo senso comum, de concepções como “desestruturação ou desorganização familiar”. Segundo a autora,

Essas afirmações tomam como parâmetro o modelo de organização familiar nuclear. Dessa forma, os arranjos familiares que fogem a ele apresentam-se como anormais, desviantes, diferentes e, portanto, necessitados de correção ou de enquadramento. (p. 122).

Na contemporaneidade é evidente a existência de outros arranjos familiares, como, por exemplo, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres e a união estável afetiva ou casamento entre casais do mesmo sexo – advindos, pois, dos

processos de mudanças conjunturais. No entanto, o que prevalece hegemonicamente ditando a norma é o modelo de *família nuclear*. Tal modelo é aquele formado por pai, mãe e filhos, que convivem juntos num mesmo espaço. Nele, já se identificam papéis de gênero determinados e naturalizados. De acordo com Fávero,

O pai é o provedor, vinculando-se ao mundo do trabalho (espaço público). O lar e a família são “naturalmente” espaços da mulher/mãe. Esta, preferencialmente, não trabalha fora dele, sendo responsável pelos cuidados da casa e dos filhos (espaço privado). Esse grupo vive harmoniosamente, num ambiente alegre e bem cuidado, provido de meios materiais e laços afetivos capazes de proporcionar-lhe um desenvolvimento saudável e, assim, garantir que futuramente, reproduza esse modelo. É um modelo que vai ser vinculado como “o certo, o bonito, o desejável”. (2001, p. 122).

Esse modelo burguês idealizado, no entanto, difere da real vivência das famílias populares que, por sua vez, são em sua grande maioria, atendidas pelo Judiciário. Segundo Fávero, nas famílias vividas (não idealizadas) “observam-se diversas formas de organização e de ligações e na qual as estratégias relacionadas à sobrevivência muitas vezes sobrepõem-se aos laços de parentesco”. (idem: 125).

São essas famílias que devem ser levadas em conta, pois quando o modelo de família nuclear sobrepõe-se à realidade vivida, corre-se o risco de considerá-las “desvios ou anormalidades”. Dessa forma, por meio de procedimentos profissionais e de determinações legais, busca-se o enquadramento naquele modelo ou a punição pelo não enquadramento.

A organização da atual sociedade impõe à família - e como foi analisado pelo modelo nuclear, à mulher/ mãe - um papel central no cuidado dos filhos, na qual o não-cuidado (a negligência) pode ser considerado pela sociedade e pelo Estado, numa perspectiva positivista, uma “anormalidade”.

Alguns estudos revelam que a negligência contra crianças e adolescentes, em grande parte das vezes, é parte do cotidiano das famílias pobres, que, por sua vez, recorrem à Justiça da Infância e Juventude. Nesse sentido, de acordo com Fávero (2001),

A “irresponsabilidade” de gerar e de não conseguir cuidar de um grande número de filhos é uma das faces visíveis dessa realidade no meio social – onde inclui-se a rede de serviços à qual recorrem -, que muitas vezes deixa submersa a falta de acesso a condições dignas de vida e a um ambiente familiar acolhedor. (p. 127).

Nessa perspectiva, a ideologia da sociedade capitalista, a racionalidade burguesa, tende a observar essa realidade invisibilizando as determinações objetivas dessas vivências, deixando, portanto, submersa a falta de acesso a condições dignas de vida, a falta de acesso aos direitos sociais.

Tais análises possibilitam, portanto, desenvolver a concepção de família como sendo apenas uma instância geradora de cuidados. Nessa lógica, a família é considerada um canal natural para a satisfação das necessidades dos cidadãos. Ou seja, a família, em qualquer condição, deve dar conta de prover as necessidades de crianças e adolescentes, reforçando o discurso do papel da família no cuidado.

Isso implica, portanto, na culpabilização ou até mesmo na penalização da família pelo Estado (perda da guarda ou destituição do poder familiar), na medida em que se tem a interpretação de que essas

[...] famílias faliram no provimento de condições de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de suas crianças e adolescentes. A falência é entendida como resultado da incapacidade das próprias famílias. Portanto, as ações que lhes são destinadas tem o objetivo de torná-las aptas para que elas voltem a cumprir seu papel sem comprometer a estabilidade social. (MIOTO, 2000: 219).

Problematizando essa análise, a concepção de família apenas como uma instância cuidadora gera inúmeras contradições. A sociedade e o Estado cobram dessas famílias para que elas cuidem e protejam, no entanto, não oferece as condições objetivas para a realização. Segundo Mito (2000), “os problemas que se apresentam ao longo da história das famílias estão relacionados prioritariamente com a impossibilidade delas articularem respostas compatíveis com os desafios que lhes são colocados”. (p. 219).

[...] é interessante observar que as famílias que apresentam vários sinais de sofrimento são aquelas rotuladas de famílias desestruturadas. Muito se fala do que elas não fazem. Muito pouco se diz dos recursos (materiais, sociais, afetivos) que são disponibilizados para se manterem vivas; muito pouco se diz das estratégias utilizadas para responderem às demandas que lhe são impostas. (MIOTO, 2000: 223).

Portanto, as expressões da questão social interferem diretamente nas condições sociais, econômicas, culturais e psicológicas da família; condições essas, que dificultam ou a impedem de propiciar os meios necessários à sobrevivência e educação dos seus próprios filhos.

Dessa forma, embora a Constituição Federal de 1988 considere em seu artigo 226 que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, e no

parágrafo 8º dispõe que “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”; na realidade, pouco se observa quanto a este dever do Estado.

Nesse sentido, a família também deve ser compreendida, sobretudo, como uma instância que necessita de cuidados e, mais do que isso, o Estado deve criar mecanismos para efetivar a proteção social da família. Portanto, deve-se haver uma preocupação com a vulnerabilidade das famílias pobres, uma vez que, essas também são vítimas do modelo econômico excludente do capitalismo. E diante disso, “quanto mais expostas estão as famílias a situações de exclusão, mais expostas ao abandono ficam suas crianças”. (MIOTO, 2000: 220).

2.1.2. Papeis de Gênero

Não se pode falar em família, sem, contudo, considerar os papeis de gênero que a constitui, apesar de que o gênero não é construído exclusivamente através do parentesco, é construído igualmente na economia, na organização social e política. Na sociedade, homens e mulheres determinam sua forma de ser e agir. Essa é a construção sócio-histórica do gênero.

O conceito de gênero enfatiza que este é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. O gênero¹⁷ é uma forma de significar relações de poder (SCOTT, 1989: 21).

A autora Scott (1989: 21-22) analisa que o gênero implica alguns elementos que se relacionam entre si: os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas como, por exemplo, Eva e Maria, como símbolo da mulher; os conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas, que por sua vez, são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, e que tomam a forma de uma oposição binária que afirma o sentido do masculino e do feminino. A identidade subjetiva também é outro aspecto do gênero, na qual este se torna implicado na concepção e na construção do poder em si.

Hegemonicamente, o patriarcado¹⁸ instituiu a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa. Nesse sentido, de acordo com Sarti (2002)

¹⁷ - Ver SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. 1989. Disponível em: <https://wesleycarvalho.com.br/wp-content/uploads/Gênero-Joan-Scott.pdf>

¹⁸ - O patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por

[...] o homem é considerado o *chefe da família* e a mulher, a *chefe da casa*. O homem corporifica a ideia de autoridade, como uma mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. À mulher, cabe outra importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. (p. 28).

Entretanto, como já foi explicitado, o avanço das transformações nos padrões socioculturais também incidiram e incidem em mudanças nas relações entre os gêneros, embora não tenham incorporado, ainda, de forma igualitária, os direitos dos homens e das mulheres, não somente no mundo do trabalho, mas também no que se refere aos cuidados da prole. Fávero (2001) analisa que “a mulher continua arcando com a responsabilidade pelos cuidados das crianças – até mesmo quando essa responsabilidade inclui também a decisão (ainda que não autônoma) de deixar de cuidar provisória ou definitivamente de um filho.” (p. 154).

Na atualidade, existe uma tendência crescente de aumento de mulheres que assumem a responsabilidade econômica do lar. Nesse contexto, segundo Sarti, “ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade, e efetivamente a mulher pode assumir o papel masculino de ‘chefe’ (de autoridade) a definir-se como tal”. (2009, p. 67). A configuração das famílias chefiadas por mulheres é um fenômeno que, por sua vez, acentua-se entre as populações mais pobres (FÁVERO, 2001). Fávero expõe que uma

Pesquisa sobre Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, realizada pelo Seade (1994), mais especificamente sobre famílias chefiadas por mulheres, demonstra que estas concentram-se em maior número no grupo que apresenta maiores níveis de carência e que a ausência de um dos cônjuges – geralmente o do sexo masculino – contribui para o agravamento da situação de pobreza da família. (2001, p. 154-155).

Nesse sentido, analisando essas famílias vividas (não idealizadas), pode-se observar que, diante de um modelo ideal internalizado, essas famílias - por vezes, sem generalizar - sofrem frustrações por não conseguirem alcançar uma estabilidade financeira e uma harmonia entre os membros do grupo. Dessa forma, no contexto das relações de gênero, a antropóloga Sarti (2009) analisa que

dois princípios básicos: as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. (NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. “Famílias e Patriarcado: da Prescrição Normativa à Subversão Criativa”, 2006: 50).

As expectativas frustradas instauram um mecanismo, do qual os homens e as mulheres são cúmplices sem o saber necessariamente, que reitera as atribuições masculinas e femininas, ainda que dificilmente sejam cumpridas nos arranjos cotidianos. Ambos, homens e mulheres, acabam enredados nesse emaranhado de expectativas a que não conseguem responder. Ele, *fracassado*, tem no alcoolismo o desafogo ao seu alcance e ela se frustra por não poder ter o homem e a situação familiar esperados. Nessa concepção moral da família, diante do homem que representa a autoridade e que não cumpre o papel esperado – infiel, que bebe, que não traz dinheiro para casa -, a mulher acaba tendo um acentuado papel ativo nas decisões familiares, sem que, no sentido inverso, o homem tenha modificado seus papéis familiares. Diante dele, que socialmente tem sobre ela uma autoridade que não se justifica a seus olhos, ela exhibe sua *disposição* de se virar, *de não precisar mais dele*, como uma vingança, reiterando o *fracasso* dele e a frustração de ambos. (p. 72).

Portanto, ressalta-se que as relações de gênero são construções sociais e históricas realizadas pelos sujeitos. Essa sociabilidade, no entanto, tende a internalizar nos indivíduos, desde o momento da infância (o que pode ser observado nos brinquedos destinados a meninas e meninos), que o cuidado é sempre remetido ao universo feminino e, em contrapartida, aos meninos exige-se que estes desempenhem esforços físicos, visando à competição (LYRA, LEÃO, 2002: 84).

Essa naturalização associa o cuidado à maternidade, a qual se encontra indissociável do gênero feminino. Em vista disso, o exercício da maternidade foi naturalizado como “instinto materno”. A filósofa Elisabeth Badinter defende a tese de que este “instinto materno” ou “amor materno” é um mito¹⁹. Sua publicação recebeu inúmeras críticas, inclusive das ciências biológicas e da medicina (1985: 9).

Badinter (1985), em uma de suas passagens, analisa que

Ao buscar nos documentos históricos e literários a substância e qualidade das relações entre a mãe e o filho, constatamos seja indiferença, sejam recomendações de frieza, e um aparente desinteresse pelo bebê que acaba de nascer. Esse último ponto é, com frequência, assim interpretado: como seria possível interessar-se por um pequeno ser que tinha tantas possibilidades de morrer antes de um ano? [...]. Em outras palavras: valia mais a pena não se apegar para não sofrer depois. Essa atitude teria sido a expressão perfeitamente normal do instinto de vida dos pais. Dada a taxa elevada de mortalidade infantil até fins do século XVIII, se a mãe se apegasse intensamente a cada um de seus bebês, sem dúvida morreria de dor. (p. 85).

¹⁹ - BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Com isso, pode-se analisar, segundo essa autora, que não existem os instintos inatos, como se fossem naturais, pois uma determinada sociedade e os comportamentos dos indivíduos não são dados e, portanto, não são naturais, os sujeitos a constroem. Essa análise, no entanto, não é transmitida pela sociedade. Por isso, quando uma mãe recusa cuidar de seu filho (entregando a outra pessoa, por exemplo) é comum algumas associações a esta mãe como “desnaturada” entre outros termos.

Dessa forma, na atual sociabilidade, tendo em vista a construção dos papéis do gênero masculino,

[...] é possível imaginar como, para alguns homens, o ato de cuidar e demonstrar carinho pode ser difícil. Afinal, se eles foram repreendidos severamente, até mesmo com punições físicas, por terem tentado expressar carinho e cuidado na sua infância, por que haveria de ser diferente agora que são pais? (LYRA, LEÃO, 2002: 85).

As relações de gênero, nessa lógica, são um dos determinantes do modo como se organiza a família e a sociedade. Cabe analisar como as demais determinações se apresentam na sociedade capitalista.

2.2. As relações sociais na sociabilidade capitalista e suas determinações

2.2.1 Determinações Objetivas, Questão Social e Mediação.

A teoria marxista analisa que o processo capitalista de produção, regido pela lógica mercantil, expressa uma maneira historicamente determinada de os indivíduos produzirem e reproduzirem, assim como expressa as condições materiais da existência humana. Expressa, portanto, as relações sociais entre os indivíduos e classes sociais, na qual tem no *trabalho*, a categoria fundante dessas relações²⁰.

Na sociedade capitalista, o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social, sua reprodução permeia as várias dimensões e expressões da vida em sociedade (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009).

Nessa lógica, o capitalismo produz e se reproduz a partir de relações de exploração e dominação que a classe burguesa exerce sobre a classe trabalhadora,

²⁰ - O trabalho assume o papel de condicionador da existência humana, pois “é ao trabalho que o homem tributa a razão de seu *ser social*, porque este propicia o arrancar das potencialidades naturais a seu serviço e, conduz ao auto-desenvolvimento da espécie” (PONTES, 2009: 61).

na qual aquela tem a finalidade de acumular cada vez mais lucros. De acordo com Iamamoto e Carvalho,

A reprodução ampliada do capital supõe a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista e, portanto, uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza e do antagonismo de interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na *luta de classes*. (2009: 66).

Portanto, na medida em que a classe burguesa dominante enriquece sob a acumulação de capital e de lucros, os trabalhadores sofrem um processo de pauperização crescente, donde a exploração se expressa tanto nas condições de trabalho, saúde, habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador. Assim, o pauperismo e a pobreza são resultados da acumulação privada de capital, uma vez que, esta impede a apropriação universal da riqueza socialmente produzida.

Nesse sentido, a complexidade desse processo resulta, pois, na chamada *questão social*. Carlos Montañó define a questão social

[...] como fenômeno próprio do modo de produção capitalista, constitui-se da relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classes. Expressa a relação entre as classes (e seu antagonismo de interesses) conformadas a partir do lugar que ocupam e o papel que desempenham os sujeitos no processo produtivo (2012: 280).

As implicações da questão social, portanto, se expressam nas diversas formas de desigualdades: sociais, econômicas, políticas, culturais etc., entre as classes fundamentais. No entanto, essas desigualdades, a partir de uma ideologia e de um *modo de ser capitalista* são naturalizadas e legitimadas.

Segundo Barroco, a reprodução e legitimação do modo de ser capitalista se estabelece

[...] através do sistema de normas, deveres e representações pertinentes às necessidades objetivas de (re)produção da sociabilidade mercantil; nesse sentido, precisa da ideologia dominante, enquanto conjunto de ideias e valores que buscam a coesão social favorecedora da legitimação da ordem social burguesa. (2009: 161).

Nessa lógica, a racionalidade burguesa cria uma ideologia que tem nas teorias liberal e positivista a compreensão de que os indivíduos têm autonomia para agir de acordo com suas vontades e interesses. Todos têm oportunidades iguais para

ascender socialmente e competir no mercado, no entanto, os indivíduos nascem com potencialidades e capacidades diferenciadas.

Tal concepção naturaliza e legitima, portanto, as desigualdades, uma vez que essas são tratadas como conquistas individuais ou como problemas pessoais psicossociais ou morais (BARROCO, 2009). E sendo essas determinações consideradas naturais e imutáveis, é preciso haver uma ordem sobre essas condições constantes, para que, conseqüentemente, possa haver o progresso da sociedade.

Nota-se que tal ideologia parte da individualidade dos sujeitos, não questionando, assim, a estrutura de exploração inerente ao sistema capitalista. Isso implica, portanto, numa moralização e culpabilização dos indivíduos por estarem em determinadas condições. Nesse sentido, o autor Macpherson ressalta que o liberalismo conciliou as desigualdades da sociedade com as igualdades naturais quando supôs que

Se os homens são, por natureza, igualmente racionais, no sentido de igualmente capazes de cuidarem de si próprios, pode-se supor que os que ficaram para trás na corrida às propriedades só podem pôr a culpa em si próprios. (MACPHERSON apud BARROCO, 2009: 165).

Essa lógica individualiza, então, a questão social. Entretanto, a classe trabalhadora em determinados contextos toma consciência da exploração do trabalho e da vida social na qual vivencia, passando a lutar por seus direitos sociais.

Surgem assim, as políticas sociais como respostas do Estado às pressões da classe trabalhadora por melhores condições de vida. No entanto, tendo a lógica da individualização da questão social, essas políticas muitas vezes são pensadas e implementadas com a cultura do clientelismo ou do favor²¹, sob formas desqualificadas e fragmentadas. Sendo assim, predominantemente, as políticas sociais não alteram significativamente as condições dos sujeitos que as demandam. Na sociabilidade capitalista estas funcionam para estabelecer a ordem social.

Na contemporaneidade, os direitos sociais conquistados vêm sofrendo uma regressão imposta pelas políticas neoliberais, estas foram criadas com o objetivo de uma possível “saída da crise” do capitalismo. O projeto neoliberal, nesse sentido, subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica (IAMAMOTO, 2008).

²¹ - “A atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado e não à responsabilidade pública do Estado” (Iamamoto, 2004: 287).

A autora lamamoto analisa que

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal [...]. Como o gasto social é tido como uma das principais causas da crise fiscal do Estado, a proposta é reduzir despesas, diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. (2008: 149).

Nesse contexto, portanto, são muitas as determinações objetivas, impostas pela lógica capitalista, que incidem nas condições de vida dos indivíduos - que são atendidos pelo Serviço Social -, mas que são mascaradas pela ideologia capitalista. Essa ideologia possibilita a não apreensão da essência das relações sociais, ou seja, possibilita a reprodução da coisificação das relações sociais (BARROCO, 2009).

Assim como a ideologia burguesa, o *cotidiano*²² também é uma esfera da vida social que se presta à alienação. De acordo com Lukács, as determinações da cotidianidade (*heterogeneidade, imediatividade, superficialidade extensiva*) fazem com que o indivíduo se perceba como ser singular (NETTO, 1989: 67). A cotidianidade, segundo Netto,

[...] impõe aos indivíduos um padrão de comportamento que apresenta modos típicos de realização, assentados em características específicas que cristalizam uma modalidade de ser do ser social no cotidiano, figurada especialmente num pensamento e numa prática particulares. Ambos se expressam, liminarmente, num *materialismo espontâneo* e num tendencial *pragmatismo*. Os constrangimentos da dinâmica cotidiana exigem que os indivíduos respondam a eles sem pro em causa a sua objetividade material. (1989: 67).

Nessa perspectiva, as determinações e as mediações estão inteiramente ocultas. Isto é, a vida social e a própria consciência dos indivíduos são compreendidas em si mesmas. Esse é o plano da *singularidade*, “é o nível da existência imediata em que vão se apresentar os traços irrepetíveis das situações singulares da vida em sociedade, que se mostram como coisas fortuinas, rotineiras, causais” (PONTES, 2009).

²² Segundo Lukács, “a vida cotidiana constitui a mediação objetivo-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as formas mais altas de genericidade agora já conscientes, precisamente porque nela, de forma ininterrupta, as constelações mais heterogêneas fazem com que os dois pólos humanos apropriados da realidade social, a particularidade e a genericidade, atuem em sua interrelação imediatamente dinâmica” (LUKÁCS apud COELHO, 2008: 224).

O plano da singularidade, portanto, é o plano da imediaticidade, onde a aparência dos fenômenos aparece despida de mediações e de determinações históricas. Essas mediações e determinações, por sua vez, somente são apreendidas a partir da compreensão da essência dos fenômenos. Sobre a relação entre aparência e essência, Lukács analisa que

[...] toda aparência é essência que aparece, toda essência aparece de algum modo, nenhuma das duas pode estar presente sem essa relação dinâmica, contraditória (LUKÁCS apud PONTES, 2009).

Nesse sentido, o autor ressalta que somente a razão é capaz de destruir a imediaticidade e ultrapassar a aparência dos fatos. Para tanto, é necessário estabelecer as mediações que possibilite, concomitantemente, alcançar o plano da *universalidade*, o que implica a aproximação com a *legalidade social*.

É dialeticamente necessário a aproximação com a *legalidade social* expressa nas *leis tendenciais históricas* que condicionam e são condicionadas pelo evoluir do ser social. Estas leis, que são “*férreas necessidades*”, expressam em grandes determinações, do ser social, tais como relações sociais de produção, relação capital/ trabalho; relação Estado-sociedade; lei da acumulação capitalista, políticas sociais, etc. (PONTES, 2000).

A *legalidade social* se encontra, portanto, no plano da *universalidade*. E nessa lógica, essas generalidades devem ser particularizadas no plano real cotidiano do fazer profissional. Ou seja, “capturar na cotidianidade, seja da vida privada, seja da vida profissional, a real interferência e determinação da *legalidade social*” (PONTES, 2000).

Portanto, nesse campo de mediações, é possível compreender a vida singular das relações sociais cotidianas, inseridas em uma totalidade social. Dessa forma, “aquela situação, que se afigurava no plano da singularidade como ‘problema individual familiar’, mediatiza-se pelas leis societárias tendenciais e particulariza-se pelas determinações históricas” (idem).

As demandas para a intervenção profissional, que antes restringiam-se aquelas de ordem institucionais/organizacionais, [...] agora podem ser superadas pelo alcance de categorias sociais mais amplas e plenas de determinações sociais. O que permite a *reconstrução do objeto de intervenção profissional*, noutras palavras, as legítimas demandas sócio-profissionais, alcançadas pela mediação das demandas sociais, [...] (PONTES, 2000).

A categoria *mediação*²³, portanto, é indispensável para o exercício profissional do assistente social, uma vez que, o Serviço Social necessita conhecer a realidade na sua complexidade e criar meios para transformá-la na direção de determinado projeto sócio-profissional, o que pressupõe ao profissional articular os conhecimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão.

2.2.2 Imediaticidade nas relações sociais e familiares

A compreensão dialética sobre as relações sociais caracteriza-se pela perspectiva de totalidade a partir da tríade *universalidade-particularidade-singularidade*. A totalidade é entendida como um complexo constituído de complexos subordinados, e não a mera soma das partes (PONTES, 2000), e a dialética dessa tríade se expressa na realidade da vida cotidiana de cada ser social. Nessa perspectiva, o autor analisa que

a dialética entre o *universal* e *singular* processa-se através da *particularidade*, que é um *campo de mediações*. É neste *campo de mediações* que os fatos singulares se vitalizam com as grandes leis da universalidade, e a universalidade se embebe da realidade do singular (idem).

Nessa lógica, o modo de produção e reprodução da vida material; as contradições e antagonismos entre as classes sociais (universalidade) condicionam o desenvolvimento da vida social, jurídica, política e intelectual em geral (singularidades).

Como já descrito no item anterior, a singularidade corresponde ao plano da imediaticidade, na qual se encontram as dimensões da vida social dos sujeitos como a afetividade, subjetividade, consciência, valores, sentimentos etc. Na imediaticidade, essas categorias são apreendidas como formas autônomas de ser, despidas de determinações históricas, mas que devem ser apreendidas em sua essência através de mediações com a universalidade.

Acerca das dimensões da vida social, a família é um espaço de socialização, é a mediação entre o indivíduo e a sociedade, na qual sua principal característica, segundo Sawaia, é o valor afeto, “principal força que explica sua permanência na história da humanidade” (2002: 43). Segundo essa autora,

²³ - PONTES, Reinaldo N. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

A afetividade é um meio de penetrar no que há de mais singular na vida social coletiva, pois ela constitui um universo peculiar da configuração subjetiva das relações sociais de dominação. **É um fenômeno privado, mas cuja gênese e consequência são sociais**, constituindo-se em ponto de tramitação do social e do psicológico, da mente e do corpo e, principalmente, da razão e da emoção (p. 39). (grifos nossos).

A afetividade, portanto, faz parte de um conjunto de determinantes subjetivos que permeiam as relações sociais e familiares, na singularidade dos sujeitos. Esses determinantes, por sua vez, estão diretamente relacionados aos valores morais de uma sociedade. Como explica Yazbek (1996),

Há uma clara vinculação entre a constituição da individualidade, da subjetividade e a experiência histórica e cultural dos indivíduos. Experiência que envolve sentimentos, valores, consciência e que transita pelo imaginário e pelas representações. (p. 73).

Esses valores morais surgem das necessidades sócio-históricas de homens e mulheres que, uma vez instituídos, passam a se estruturar como um sistema normativo. De acordo com Maria Lucia Barroco (2009) este sistema “é um conjunto de normas morais que visa à regulação do comportamento dos indivíduos, tendo por finalidade atender às necessidades de sobrevivência, de justiça, de defesa etc. da comunidade” (p. 60).

No entanto, tendo em vista que a sociabilidade capitalista perpassa por relações sociais de dominação, a moral se revela como exigência de subordinação dos indivíduos singulares – de suas necessidades, desejos e paixões – às exigências de integração social à moral dominante. Nesse sentido, a função normativa da moral assume formas ideológicas que contribuem para a vinculação de modos de ser, de valores e costumes que justificam a ordem social dominante e suas ideias (BARROCO, 2009).

Portanto, a legitimação dessas normas e valores supõe uma certa aceitação subjetiva por parte dos indivíduos e, em se tratando dessa sociabilidade, muitas vezes, a reprodução das normas é favorecida pelo individualismo, pelo baixo nível de conhecimento crítico e de consciência.

Trata-se, portanto, da constituição das singularidades voltadas para o “eu”, na qual se concretiza na vida cotidiana. Segundo Barroco, “a partir do momento em que os indivíduos incorporam determinados papéis e comportamentos, reproduzem-nos espontaneamente, evidenciando o fato de que nem sempre as escolhas representam ações conscientes” (2009: 69).

Entretanto, quando a escolha moral é livre (consciente) ela se relaciona com as normas criticamente, buscando seu significado, assumindo opções que não se esgotam nelas mesmas. Trata-se, então, da construção da subjetividade, que supõe a apropriação de exigências *éticas humano-genéricas* por parte dos indivíduos (BARROCO, 2009).

Dessa forma, a subjetividade dos indivíduos está estritamente vinculada com as exigências morais e éticas postas pela sociabilidade. Sendo assim, são resultados de determinações objetivas do modo como se organiza uma sociedade.

A subjetividade de cada homem não se elabora nem a partir do nada, nem num quadro de isolamento: elabora-se a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser singular se insere. A riqueza subjetiva de cada homem resulta da riqueza das objetivações de que ele pode se apropriar. E é a modalidade peculiar pela qual cada homem se apropria das objetivações sociais que responde pela configuração de sua personalidade. (NETTO e BRAZ, 2006: 47).

Nessa perspectiva, a subjetividade se constitui quando os indivíduos oferecem respostas ao que lhes são exigidos socialmente. Segundo Fávero, em sua pesquisa sobre o rompimento dos vínculos do poder familiar,

Os determinantes subjetivos que permeiam as relações, os desejos afetivos e sexuais frustrados, os sonhos não realizados de vida conjugal e de poder contar com a figura do homem provedor e protetor, as disputas de poder na relação, a ausência de diálogo para dirimir conflitos, dentre outros, podem também sobrepor-se às questões relacionadas aos direitos do homem e da mulher no que se refere à opção de ter filhos, aos direitos e deveres relacionados aos cuidados com eles, bem como à decisão pela entrega de uma criança para outra pessoa criar. (FÁVERO, 2001: 156).

Nesse sentido, certamente os determinantes subjetivos estão presentes nas escolhas dos indivíduos, no entanto, não se pode considerá-los isoladamente (somente na perspectiva da imediatez), sem uma vinculação com a moralidade, tendo em vista que esta se constitui um instrumento ideológico que dita os valores e normas do comportamento dos indivíduos em sociedade.

Assim, cabe enfatizar que “a moral se estrutura através de princípios e valores universais abstratos apropriados pelos indivíduos em cada formação social concreta e situação histórica determinada de forma a ser materializados, de modo particular, em suas ações práticas” (BARROCO, 2009: 69).

No entanto, tendo em vista que a sociabilidade capitalista se reproduz através de mecanismos desiguais e excludentes, em determinadas condições sociais da

vivência dos sujeitos, os valores podem não se materializar e, portanto, não serem universais. Assim sendo, os valores permanecem no plano abstrato.

Contudo, a função ideológica da moral capitalista permite que os indivíduos acreditem que os valores são realizáveis para todos os indivíduos. Trata-se, pois, de uma forma de alienação da moral, na qual os resultantes dessa alienação se concretizam através do moralismo, modo de ser movido pelos preconceitos; das ultrageneralizações; estereótipos, entre outros - quando os valores não se realizam para determinados indivíduos (BARROCO, 2009: 71). Isso ocorre, portanto, quando os valores são naturalizados como universais, ou seja, que devem ser concretizados, independente das objetivações e condições objetivas dos sujeitos sociais.

Dessa forma, o cotidiano - esfera da realidade que mais se presta à alienação, como já descrito - tem relação direta com os preconceitos. Trata-se de uma dimensão que não possibilita a crítica e que individualiza a questão social, como se os “problemas” dos indivíduos estivessem exclusivamente no âmbito de suas singularidades e subjetividades. Pontes (2009) analisa que quando “a intenção de totalidade vai ficando cada vez mais esbatida, tende sempre a triunfar o caráter particularista do conhecimento, em que as medições vão sendo atiradas para o campo do subjetivismo”.

Acerca de sua pesquisa, Fávero expõe que

Com relação às mães e pais que entregam ou que não reúnem condições socioeconômicas para atender às necessidades básicas dos filhos, o preconceito pode apresentar-se com conteúdo moralizante. Pode rotular como imoral a atitude ou o comportamento diferente daquele predominante ou legitimado no meio social. A pobreza, por exemplo, pode ser moralizada, como se as desigualdades sociais que levam pais e, sobretudo, mães a se desfazerem de filhos fossem de âmbito individual ou privado, sem relação com as esferas política e econômica. (2001: 166).

Nesse sentido, para evitar que moralismos e/ou subjetivismos influenciem a atuação profissional, o assistente social, em sua prática interventiva, deve apreender as conexões entre o singular, o particular e o universal. E sobre essa compreensão dialética e histórico-crítica da realidade, Marilene Coelho (2008) analisa que

O quanto se apreende das conexões entre o singular, o particular e o universal obviamente é determinado por condições objetivas e subjetivas, incluindo o próprio nível da consciência de receptividade do mundo exterior, o que não depende unicamente do indivíduo, mas do ser humano-genérico. As condições objetivas são determinantes nesse processo, pois, “não basta que o pensamento tenda para a

realização; a própria realidade deve tender para o pensamento” (MARX apud COELHO, p. 284.).

Dessa forma, o Poder Judiciário do Estado não deve avaliar ou julgar as condições de vida dos sujeitos os quais atende, apenas em suas singularidades (no plano da imediatez) uma vez que, a questão social não decorre de “problemas individuais e/ou morais”, advém da complexidade das determinações sócio-históricas de produção e reprodução dessa sociedade.

2.2.3. A negligência familiar no contexto das determinações sociais

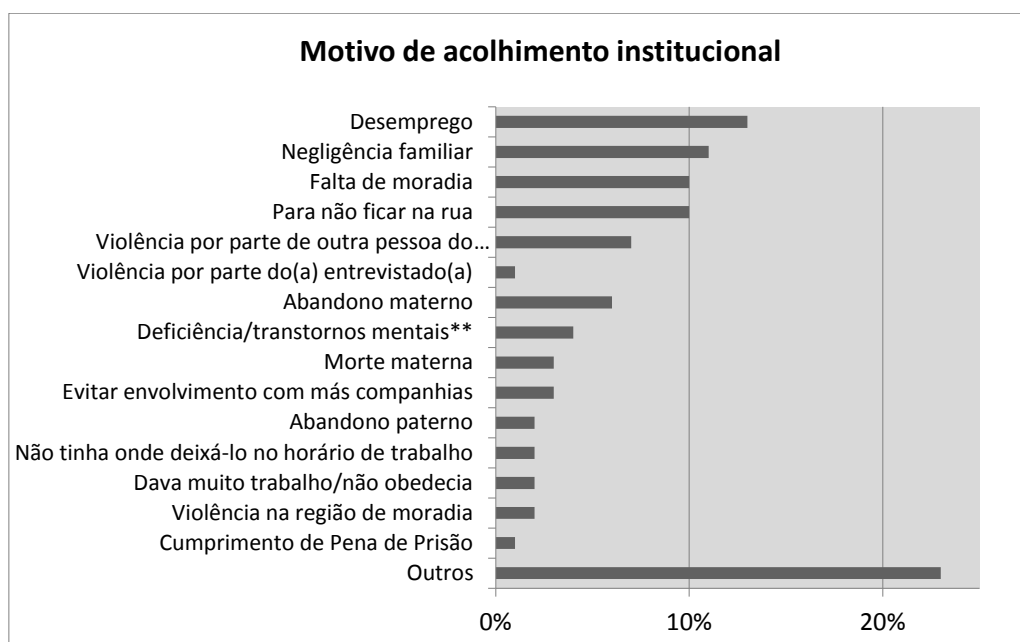
Como já foi descrito no Capítulo 1 deste trabalho, a negligência familiar contra crianças e adolescentes é considerada como uma forma de violação de direitos, que de acordo com o ECA, pode levar o genitor e/ou genitora a serem destituídos do poder familiar; assim como pode acarretar a retirada da criança de sua família biológica, passando esta a ser inserida em sua família extensa (por meio das ações de Guarda e Responsabilidade) ou mesmo em um programa de acolhimento institucional.

Pesquisas realizadas no âmbito das instituições de acolhimento que revelam o perfil de crianças e adolescentes abrigados, bem como os motivos dos abrigamentos, demonstram que a negligência familiar está entre os principais motivos, é apontada na maioria dos casos.

Eunice Fávero, em sua pesquisa²⁴ no estado de São Paulo com as famílias de crianças e adolescentes abrigados, observou um significativo percentual de respostas sobre negligência por parte da família, como motivo principal da causa do abrigamento, conforme indica a tabela a seguir.

²⁴ - FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras (orgs.) Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

Tabela 1: Motivo de acolhimento institucional



Fonte: Tabela e Gráfico 5. FÁVERO, Eunice Terezinha, VITALE, Maria Amália Faller, BAPTISTA, Myrian Veras (orgs.) – São Paulo: Paulus, 2008.

Acerca das condições sociais dessas famílias, sobre essa mesma pesquisa, a autora enfatiza que

De maneira acentuada, expressões da questão social, como desemprego, ausência ou condições precárias de moradia, ausência de equipamentos sociais públicos para acolher a criança/adolescente em horário de trabalho da família, revelam que a acentuada e histórica desigualdade social presente na realidade brasileira se coloca no centro da institucionalização de crianças e adolescentes (FÁVERO; GUEIROS, 2009: 4).

Nesse contexto, Fávero analisa que as respostas sobre a negligência familiar, fornecidas pela própria família,

[...] pode não refletir a real causa da medida de abrigamento, tendo em vista as dificuldades existentes para distinguir entre o descuido intencional e uma situação de precariedade socioeconômica que pode ser determinante para a ausência de possibilidades de efetivação dos cuidados necessários. Assim, nesta resposta, há que se considerar que a fala do entrevistado deve ter refletido, ora a própria visão, ora a interpretação do Judiciário, ora do Conselho Tutelar, ou do Abrigo, ou de um denunciante etc. (2009: 3).

Nesse sentido, é possível observar que a própria realidade social dessas famílias revela a falta de acesso aos direitos sociais como um dos determinantes da

retirada da criança da convivência com a família, o que denuncia o descumprimento de disposições previstas no ECA, no sentido de que a falta de condições materiais da família não deve ser motivo para que crianças e adolescentes sejam privados da convivência familiar²⁵ (FÁVERO, 2009).

Da mesma forma, essa realidade é revelada pela pesquisa sobre os abrigos no Brasil, realizada pelo IPEA em 2002, encomendada pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) e pelo CONANDA:

Tabela 2 - Brasil: crianças e adolescentes abrigados
segundo os motivos do abrigamento²⁶

Motivo do ingresso no abrigo	Frequência (em %)
Carência de recursos materiais da família/responsável	24,1
Abandono pelos pais/responsáveis	18,8
Violência doméstica (<i>maus-tratos físicos e/ou psicológicos praticados pelos pais/responsáveis</i>)	11,6
Dependência química dos pais/responsáveis	11,3
Vivência de rua	7,0
Orfandade	5,2
Outros	22,0
Total	100,0

Fonte: IPEA/CONANDA. *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, 2004.

Diante dessa realidade evidenciada por esses dados, cabe se perguntar quais as ações que o Estado tem realizado para viabilizar os direitos sociais das famílias, evitando que estas percam o convívio com seus filhos por não conseguir prover o sustento dos mesmos?

Isto é, a negligência familiar deve ser analisada em sua complexidade, tendo em vista uma perspectiva de totalidade que abarque as determinações sociais e não somente a conduta de uma família. Do contrário, o que se evidencia é a criminalização e penalização da pobreza, conforme salientam as autoras Nascimento, Cunha e

²⁵ - Do direito à Convivência Familiar e Comunitária, o Art. 23 do ECA dispõe que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

²⁶ - Cabe chamar atenção que o termo *negligência familiar* não aparece explicitamente, e no motivo *violência doméstica* estão especificados somente as violências física e/ou psicológica.

Vicente²⁷:

A família pobre ganha um novo estatuto: família negligente. Essa categorização justifica a intervenção estatal, pois o discurso não é mais o da falta de condições materiais para o cuidado dos filhos, e sim o desrespeito aos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, como saúde, educação, alimentação, entre outros, que tomam forma nos casos de violência intrafamiliar, “risco social”, exploração do trabalho infantil, etc. Sem considerar que, muitas vezes, a família pobre é privada desses direitos, e conseqüentemente não tem como suprir/garantir as necessidades de seus filhos. (2008: 10).

Tal perspectiva evidencia, portanto, a individualização e moralização da questão social.

Entretanto, diante dessas considerações, é imprescindível ressaltar que muitas das intervenções são influenciadas pela necessidade de encaminhamento de ações urgentes que o cotidiano apresenta ao profissional, que podem impossibilitar uma reflexão mais aprofundada sobre as diversas particularidades que constituem a situação em análise, e que lhe impõe, até mesmo, respostas contraditórias à sua visão de mundo (FÁVERO, 2001).

Nesse sentido, as próprias condições objetivas de trabalho dos profissionais também influenciam em suas intervenções, o que revela as contradições e desafios presentes na prática dos assistentes sociais.

No entanto, as práticas e decisões judiciais, para serem legítimas, precisam pautar-se em juízos fundamentados, baseados em conhecimentos científicos, os quais podem propiciar uma maior aproximação com as dimensões do real vivido pelas pessoas, bem como limitar interpretações e julgamentos a partir de juízos provisórios (FÁVERO, 2001), extrapolando, assim, a esfera da imediatez.

²⁷ - NASCIMENTO, Maria L.; CUNHA, Fabiana L. e VICENTE, Laila M. D. A Desqualificação da Família Pobre como Prática de Criminalização da Pobreza. Universidade Federal Fluminense, 2008.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). (MINAYO, 2010).

3.1. Caracterização da Instituição e dos Usuários

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a atuação do Serviço Social nas situações de negligência familiar contra crianças e adolescentes, em uma instituição do Poder Judiciário do DF que intervém com essa demanda.

Devido aos cuidados éticos, essa pesquisa não irá revelar o nome da instituição onde as assistentes sociais entrevistados atuam, nem mesmo o histórico ou a composição da mesma. Essa opção metodológica visa garantir o anonimato desses profissionais e o sigilo das informações.

É relevante compreender, para essa pesquisa, que as/os assistentes sociais que trabalham nessa instituição da área sócio-jurídica intervêm diretamente com o fenômeno da negligência familiar contra crianças e adolescentes, através de estudos sociais dessas situações, as quais são materializadas em Autos Processuais de Guarda e Responsabilidade; Destituição do Poder Familiar; Tutela; Carta Precatória; Pasta Especial, entre outros. Tal instituição é composta por equipe interdisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais, pedagogo.

Quanto aos usuários, as pessoas que recorrem a esta instância, em grande parte das vezes, estão em busca de soluções para questões emergenciais que envolvem crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, necessitando de medidas protetivas. Além de crianças e adolescentes, as famílias também são atendidas pelo Serviço Social na instituição.

Dessa forma, os usuários do Serviço Social que serão considerados nessa pesquisa, através de análise documental dos relatórios e pareceres realizados pelos assistentes sociais, compõem famílias em disputas de guarda pela criança e/ou adolescente que está ou esteve em situação de negligência familiar, bem como mães e/ou pais que estão em processo judicial de destituição do poder familiar sobre seus filhos, acusados de serem negligentes com os mesmos.

3.2. Métodos de Pesquisa e Coleta dos Dados

Diante dessa caracterização, a pesquisa tem como metodologia uma abordagem de natureza qualitativa sobre o fenômeno da negligência familiar contra crianças e adolescentes, compreendendo as relações contraditórias e as dimensões desse processo. Nesse sentido, não cabe aqui fazer uma mera quantificação desse fenômeno, uma vez que, indicadores quantitativos isolados não contemplam a complexidade dessa realidade social. De acordo com Cecília Minayo (2010), a pesquisa qualitativa

[...] se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (p. 21).

O tema da pesquisa é um fenômeno que é parte da realidade social dos indivíduos, donde essa realidade não pode ser apenas traduzida em números e indicadores. Nesse sentido, compreende-se que a pesquisa de natureza qualitativa pretende considerar a historicidade dos processos sociais e as contradições desse fenômeno.

Acerca das técnicas, no universo dessa pesquisa foi feita uma análise documental de relatórios sociais e pareceres sociais, realizados pelos assistentes sociais, dos Processos Judiciais cuja natureza se trata de Autos de Guarda e Responsabilidade e Autos de Destituição do Poder Familiar.

A escolha desses processos se deu pela compreensão de que crianças e adolescentes que sofrem negligência familiar, forma de violação de seus direitos, devem ser integralmente protegidos. Sendo assim, pais ou responsáveis que praticam a negligência estão sujeitos a serem responsabilizados com a perda da guarda de seus filhos ou mesmo com a destituição do poder familiar sobre eles.

Quanto à natureza dos Autos de Guarda e Responsabilidade, de acordo com o ECA, estas ações se destinam a regularizar uma posse de fato. Nesse sentido, essa ação judicial pode retirar a guarda de pais biológicos e deferir à família extensa ou à outra família, quando estas já convivem de fato com a criança e/ou adolescente. Portanto, é a legalização dessa convivência.

Dessa forma, “a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais” (Art. 33). Entretanto, o Estatuto estabelece ainda que

Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público. (Art. 33 § 4).

Nesse sentido, a guarda é uma ação de colocação em família substituta, na qual o ECA estabelece em seu artigo 28, parágrafos 1, 2, 3 e 5 que

Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada. Tratando-se de maior de doze anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência. Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida. A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

A guarda, diferentemente de um processo de adoção, poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

Sobre os processos de Destituição do Poder Familiar, o Código Civil expõe que o exercício do poder familiar deve ser exercido em igualdade de condições pela mãe e pelo pai. Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores: dirigir-lhes a criação e educação; tê-los em sua companhia e guarda; reclamá-los de quem ilegalmente os detenha; exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição, entre outros.

O Código também estabelece que será extinto o poder familiar quando: pela morte dos pais ou do filho; pela emancipação; pela maioridade; pela adoção; ou por decisão judicial (situação que interessa a essa pesquisa).

Quanto à ação judicial de suspensão ou destituição,

Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida

que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo ou extinguindo o poder familiar, quando convenha. (Art. 1637).

A suspensão também pode ocorrer quando o pai ou a mãe forem condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão.

Quanto à destituição do poder familiar por decisão judicial, o Código Civil estabelece que

Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: castigar imoderadamente o filho; **deixar o filho em abandono**; praticar atos contrários à moral e aos bons costumes; incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo 1637. (Art. 1638). (grifos nossos).

Portanto, a legislação deixa claro que a negligência familiar pode trazer consequências aos pais, no que se refere à perda da guarda, a suspensão ou destituição do poder familiar. São essas demandas que são apresentadas aos assistentes sociais da instituição, na qual são trabalhadas através dos estudos sociais das situações, fornecendo ao final da intervenção, pareceres que irão subsidiar a decisão judiciária.

Dessa forma, no que se refere aos documentos de sistematização dessas intervenções dos profissionais, optou-se por analisar, por meio de um roteiro (em anexo), vinte (20) relatórios e pareceres²⁸ sociais realizados, durante os anos de 2011 e 2012, pelos assistentes sociais. A escolha desse recorte temporal se deu a partir do objetivo de se analisar a atuação recente desses profissionais. Foi analisado o universo de relatórios e pareceres dos dois anos a partir da leitura dos documentos, em que se buscou identificar aqueles que explicitavam a situação de negligência familiar contra a criança e/ou adolescente.

Além da análise documental, realizaram-se duas entrevistas estruturadas com profissionais de Serviço Social da instituição, que lidam diretamente com as questões discutidas na pesquisa. Conforme Minayo (2010), a entrevista estrutura caracteriza-se por uma “*sondagem de opinião*, no caso de serem elaboradas mediante um questionário estruturado, no qual a escolha do informante está condicionada a dar respostas a perguntas formuladas pelo investigador” (p. 64).

A construção dos instrumentais para coleta dos dados foi realizada a partir dos objetivos da pesquisa, na qual se buscou identificar as categorias chaves para análise: as concepções de negligência familiar; concepções de família; as relações de gênero

²⁸ - Na instituição, relatórios e pareceres compõem o mesmo documento.

identificadas nas situações; e a intervenção do Serviço Social, tendo em vista a direção social que os assistentes sociais imprimem às suas práticas.

Nesse sentido, o roteiro para análise documental foi construído com o objetivo de identificar as condições objetivas e subjetivas das famílias que são atendidas, e como os assistentes sociais consideram e analisam essas demandas. Quanto ao questionário, buscou-se conhecer diretamente dos profissionais as suas concepções e problematizações a respeito da negligência família; da família; assim como do papel do Serviço Social na instituição.

3.3. Aspectos Éticos

Com o intuito de se garantir a ética na pesquisa, o projeto de pesquisa foi submetido na Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Ciências Humanas (IH), da Universidade de Brasília (UnB), conforme dispõe a Resolução 196/96 sobre os aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos.

Para não causar malefícios aos sujeitos envolvidos no estudo, essa pesquisa garantiu a autonomia dos profissionais de Serviço Social em participar ou não do estudo, sendo oferecido um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), assegurando sua vontade, sob forma de manifestação expressa, em contribuir e permanecer ou não na pesquisa.

Também garante o anonimato tanto dos profissionais entrevistados, quanto dos usuários que são atendidos, cuja identidade se encontra nos relatórios e pareceres sociais, preservando, assim, a identidade e o sigilo das informações.

CAPÍTULO IV – NEGLIGÊNCIA FAMILIAR E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

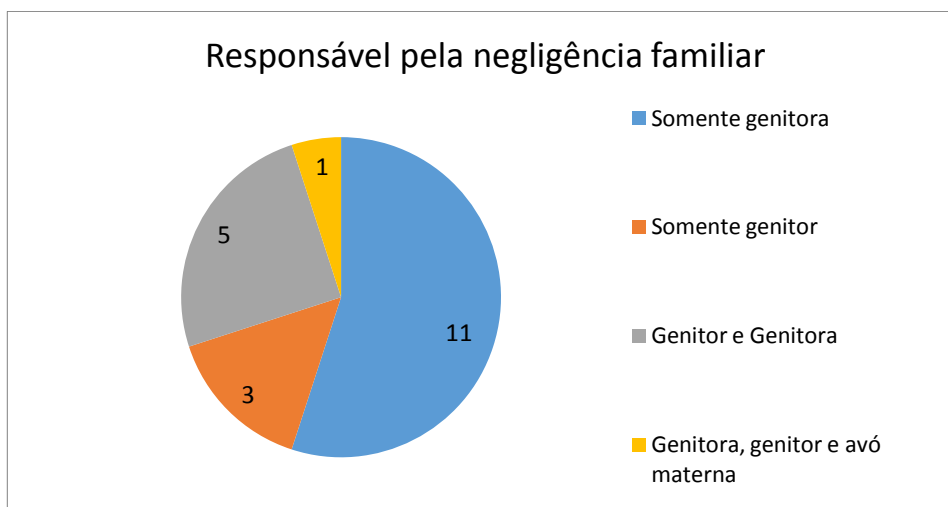
Diante das considerações e problematizações descritas nos capítulos anteriores, esse capítulo busca analisar e interpretar os dados coletados a partir da análise documental de 20 (vinte) relatórios e pareceres, sendo 14 (quatorze) de Autos de Guarda e Responsabilidade, e 6 (seis) de Destituição do Poder Familiar (DPF) - cuja situação seja a negligência familiar.

Para a realização do estudo, também foram realizadas entrevistas estruturadas – roteiro pré-estabelecido – com duas assistentes sociais formadas nos anos de 1986 e 1991, ambas trabalham na instituição há mais de 10 anos e possuem especializações na área de violência doméstica contra a criança e o adolescente, sendo que uma possui também especialização em Saúde Coletiva e Política Social.

4.1. Família e Gênero

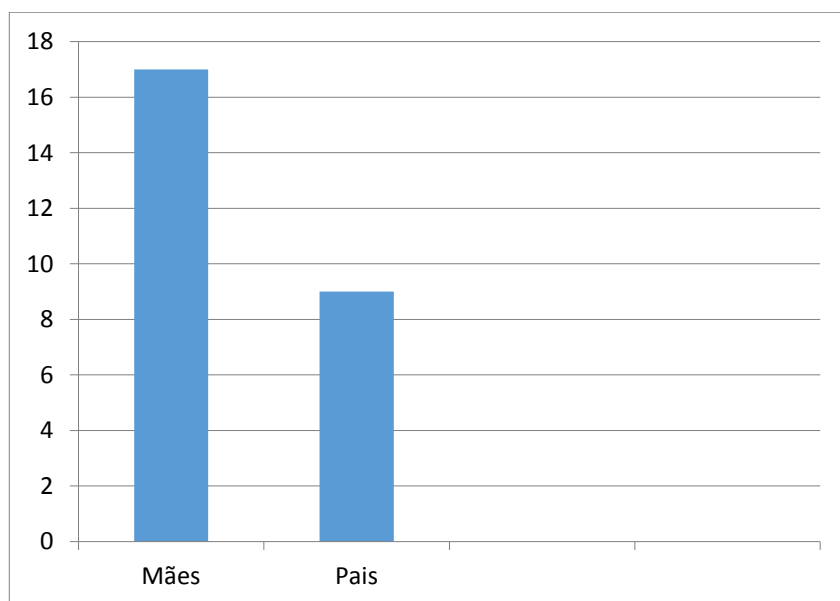
Na análise dos relatórios, cuja característica predominante é a descrição dos fatos observados, identificou-se que, na maioria das vezes, a genitora da criança/adolescente é a pessoa considerada responsável pela negligência familiar nos processos, tanto por parentes quanto por profissionais, conforme ilustra o gráfico:

Gráfico 1- Responsável pela negligência familiar



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 - Responsável pela negligência familiar



Fonte: Elaboração própria.

No primeiro gráfico é interessante destacar que, dentre essas 11 (onze) situações em que somente a genitora foi considerada negligente com os filhos, em 6 (seis), elas eram chefes de família monoparental; em 3 (três) residiam com o companheiro, que não era o pai das crianças/adolescentes. Ainda de acordo com o gráfico, em 3 (três) situações somente o genitor foi considerado o responsável, e em todas elas o genitor era chefe de família monoparental. Das 5 (cinco) situações em que genitor e genitora foram os responsáveis pela negligência, em 3 (três) eles conviviam maritalmente.

Dos relatórios que possibilitaram identificar a configuração familiar da criança/adolescente quando este foi negligenciado, pode-se inferir a presença de pelo menos quatro modelos de família: monoparental feminina (6); monoparental masculina (3); família nuclear formada por genitora e genitor (4); família extensa recomposta²⁹ formada por mãe e padrasto (4). Nas demais situações não foi possível identificar.

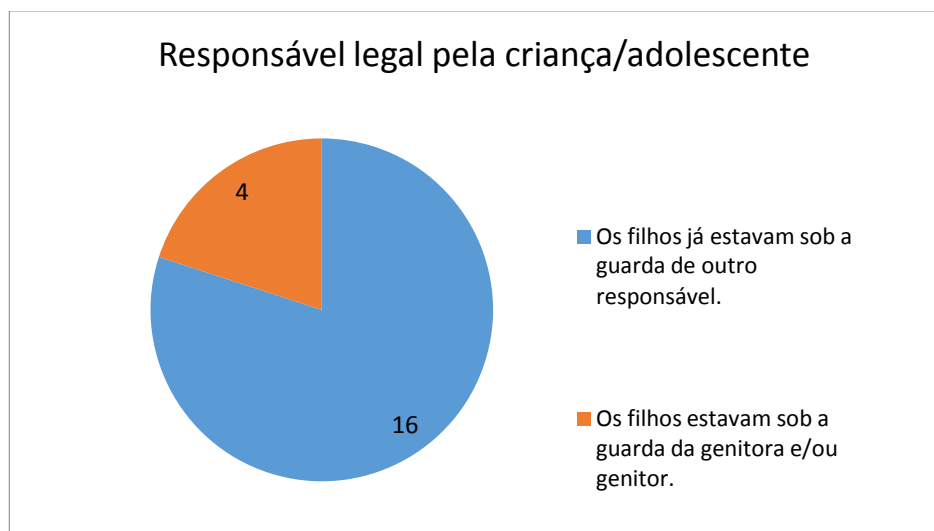
Também cabe enfatizar que na identificação das 4 (quatro) famílias heteroafetivas compostas pelo genitor e genitora em matrimônio ou união estável, em 3 (três) delas, ambos foram considerados negligentes; e em uma situação, a genitora, o genitor e a avó materna foram as responsáveis.

²⁹ - A família recomposta é aquela “constituída após o divórcio e a separação, possuindo como integrantes: pai ou mãe, padrasto ou madrasta, filhos por parte de mãe, por parte de pai, e filhos que nasceram a partir da nova união”. (MIOTO apud SEGER, CALDART, GROSSI, 2010: 127).

A pesquisa também propôs identificar a configuração familiar dos responsáveis pela criança/adolescente, tendo em vista que as denúncias de negligência dos genitores já haviam suscitado a ação do Judiciário, antes do Processo chegar aos profissionais de Serviço Social para realizarem o estudo social. Ou seja, pelo rito processual, na instituição onde foi realizada a pesquisa, é muito comum - principalmente no que se refere às ações de Guarda e Responsabilidade - a determinação judicial para realização de estudo ocorrer após a decisão do Juiz em conceder a *guarda provisória* da criança/adolescente a/aos requerentes da ação. Dessa forma, o objetivo do estudo social se propõe a verificar as condições da criança e das outras partes envolvidas, na qual os profissionais têm a autonomia para sugerir o deferimento ou indeferimento da *guarda definitiva* aos responsáveis, bem como apontar outras medidas protetivas cabíveis.

Nesse sentido, de acordo com os dados, percebeu-se que, dos 14 (quatorze) relatórios/pareceres de Guarda analisados, em 10 (dez) a genitora e/ou genitor já não estavam mais com a guarda dos filhos. Nas 6 (seis) situações de DPF, as crianças/adolescentes já estavam sob a guarda de outro responsável, que não fosse o acusado de negligente nos Autos. No total, das 20 (vinte) situações analisadas, na grande maioria, os filhos já estavam sob a guarda de outro responsável.

Gráfico 3: Responsável legal pela criança/adolescente



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a configuração familiar dos responsáveis pela criança/adolescente, verificou-se que na maioria das situações os guardiões são parentes próximos das partes, compõem a família extensa da criança/adolescente.

Tabela 3: Configuração familiar do(s) responsável legal

Configuração familiar do(s) responsável legal	
Família heteroafetiva composta pelos avós	4
Família monoparental chefiada pela avó	3
Família heteroafetiva composta pelos tios	2
Família heteroafetiva composta pelo genitor e companheira	1
Família heteroafetiva composta pela prima e companheiro	1
Família heteroafetiva composta pela madrinha e companheiro	1
Família composta pela genitora e tios	1
Família heteroafetiva sem relação de parentesco	3
Total	16

Fonte: Elaboração própria

Esses dados revelam a tendência do Judiciário em cumprir o que preconiza o ECA, no sentido de tentar manter a criança/adolescente no seio de sua família extensa, conforme artigo 28 - parágrafo 3º, que dispõe sobre a colocação em família substituta.

Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida. (BRASIL, 1990).

Nas 4 (quatro) situações identificadas, em que a criança/adolescente se encontrava sob a responsabilidade dos pais, percebeu-se que em 2 (duas) situações, genitor e genitora conviviam maritalmente e ambos foram considerados negligentes, sendo os requeridos³⁰ nos Autos de Guarda. Nas outras 2 (duas) situações, a genitora convivia com o companheiro, sendo que somente as genitoras foram consideradas negligentes, requeridas dos processos.

A identificação de que a mulher/mãe é a principal personagem nas ações que tramitam nessa instituição judiciária, conforme revela os dados coletados, corrobora

³⁰ - Nos Autos Processuais, a/o requerido é aquele que sofre a ação, isto é, o requerimento da Guarda ou DPF é contra este.

com resultados de outras pesquisas de natureza semelhante, como demonstra Fávero em sua pesquisa sobre a perda do poder familiar, já citada neste trabalho.

Essa realidade permite analisar as relações desiguais de gênero que permeiam os cuidados com os filhos. Nessa pesquisa, a genitora é a que mais aparece nas ações de Guarda e DPF. Esse fenômeno reflete a cultura patriarcal que difunde a ideia de que a mulher, prioritariamente, deve cuidar dos filhos e da casa. Fávero também constata esse dado em outra pesquisa sobre as famílias de crianças e adolescentes abrigados³¹.

Apesar das mudanças que vêm ocorrendo nas relações familiares, a mulher continua sendo a principal e, por vezes, a única responsável pelos cuidados dos filhos. O homem, de forma geral, parece ser pouco cobrado a respeito de seus deveres e obrigações relacionados à geração e à proteção dos filhos. A questão de gênero revela-se nessa realidade, evidenciada pela continuidade da responsabilidade da mulher pelos cuidados das crianças, muitas vezes acompanhada da responsabilidade pelo provimento material da família. (2008: 2).

Com relação aos arranjos familiares, observou-se, pelos dados, que não existe apenas uma configuração, mas que há um maior aparecimento do modelo de família composta por famílias heteroafetivas, uma vez que, após os pais perderem a guarda dos filhos, a responsabilidade legal da criança/adolescente foi dada à 12 (doze) famílias heteroafetivas, conforme demonstra a tabela 3.

Apesar de haver um maior aparecimento do modelo de família nuclear, as profissionais de Serviço Social entrevistadas compreendem que existem diferentes arranjos familiares, revelando suas considerações sobre a *família* na contemporaneidade:

O conceito de família deve ser pensado como algo dinâmico que muda no tempo/espço/cultura. Ainda hoje convivem modelos tradicionais (pai, mãe, filhos) idealizados, e novos arranjos de agrupamentos: famílias monoparentais, homoafetivas, dentre outras. (Assistente Social A).

A família tem sofrido significativas modificações, surgindo novas configurações tais como: famílias monoparentais (principalmente chefiadas por mulheres); famílias constituídas por casais homossexuais; com filhos adotivos; famílias iniciadas com uma gravidez precoce, entre outros. (Assistente Social B).

³¹ - Família de Crianças e Adolescentes abrigados – quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam, em FÁVERO, E, VITALE, M. A., BAPTISTA, M. V. (orgs.), São Paulo, 2008.

Percebem-se, pelas respostas, as considerações das assistentes sociais no que diz respeito às várias configurações familiares, e que essas modificações na família é reflexo de processos conjunturais da sociedade. Sobre a primeira resposta, cabe destacar aquele modelo que é idealizado e hegemônico: a família nuclear (pai, mãe e filhos).

4.2. Situação Socioeconômica

Com relação à situação socioeconômica da genitora e/ou genitor, considerados negligentes, a pesquisa possibilitou observar que, na maioria das situações, a renda desses responsáveis não foi identificada nos relatórios realizados pelos profissionais; e que outra parte se encontra em situação socioeconômica vulnerável, percebendo mensalmente uma renda de até um salário mínimo³².

As tabelas que seguem permitem identificar as diferenças entre a renda familiar dos pais que foram considerados negligentes e dos outros parentes ou responsáveis que estão com a guarda da criança/adolescente.

Tabela 4: Renda familiar dos responsabilizados pela negligência

Renda Familiar dos responsabilizados pela negligência	Situações
Sem renda	1
Até um salário mínimo	4
De um a dois salários mínimos	2
Não identificado	9
Total	16

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5: Renda familiar dos responsáveis pela criança/adolescente

Renda Familiar dos responsáveis pela criança	Situações
Até um salário mínimo	1
De um a dois salários mínimos	2
De dois a três salários mínimos	2

³² - Os valores do salário mínimo nos anos de 2011 e 2012 correspondiam à R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) e R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), respectivamente.

De três a quatro salários mínimos	1
Mais de cinco salários mínimos	4
Não identificado	6
Total	16

Fonte: Elaboração própria.

Das 4 (quatro) situações que não se encontram na tabela, em que o/os responsáveis pela criança/adolescente são os requeridos - considerados negligentes - em 3 (três) o genitor e/ou a genitora recebem uma renda de até um salário mínimo. Na outra situação, genitor e genitora recebem uma renda da quatro a cinco salários mínimos. Quanto às atividades profissionais desses sujeitos, foi identificado que uma está desempregada; outro é terceirizado; outro trabalha como pedreiro, e outra como empregada doméstica.

A pesquisa também observou que os demais genitores das crianças/adolescentes, responsáveis pela negligência, e que não mais detêm a guarda dos filhos, desenvolviam atividades como: empregada doméstica (uma situação); diarista (2); auxiliar de serviços gerais (2); manicure (1); entregador de gás (1); vendedora (1); jardineiro (1); vigia de carro e músico (1); servidor público (1). Mapeou-se, ainda, que em 3 (três) situações, genitor ou genitora estavam desempregados, e em outras 3 (três) situações não foi possível identificar a atividade profissional.

Quanto aos responsáveis legais, requerentes dos processos, identificaram-se as seguintes atividades: pedreiro (1); “supervisora de processos” (1); “mãe crecheira” (1); aposentado (2); auxiliar de serviços gerais (1); empresário (2); microempresária (1); advogado (2); policial civil (1); cabeleireira (1). Verificou-se que uma responsável estava desempregada, e em 4 (quatro) situações não foi possível identificar.

Ainda sobre a renda familiar, das 20 (vinte) situações pesquisadas, foi possível perceber que em apenas 6 (seis), os responsáveis recebiam algum benefício assistencial, como: BPC, Renda Minha, Pão e Leite e Bolsa Família. Dessas situações, em 3 (três), os beneficiados eram os guardiões (requerentes), e nas outras 3 (três), os beneficiados eram os genitores (requeridos).

Esses dados permitem analisar que boa parte das pessoas que recorrem ao Judiciário, sobretudo os pais que perdem ou que estão sujeitos a perderem a guarda de seus filhos e/ou serem destituídos do poder familiar, sobrevivem em precárias condições materiais e de trabalho.

Na contemporaneidade, tal realidade é um reflexo de um processo conjuntural da sociedade capitalista, em que há um agravamento das condições de vida da população. O contexto da reestruturação produtiva do trabalho e do neoliberalismo,

desencadeados no Brasil nos anos de 1990, redefinem as relações sociais e os campos político e econômico. Nesse ajuste, há uma flexibilização do trabalho, na qual ocorre uma precarização das condições de trabalho. O desemprego, as terceirizações, os serviços contratados por tempo determinado, entre outros, são expressões desse processo, em que há um aumento dos níveis de pobreza (FÁVERO, 2001: 76).

Feita essa caracterização mais geral das condições dos sujeitos que são atendidos no Judiciário pelos profissionais de Serviço Social, cabe analisar como o fenômeno da negligência familiar contra criança/adolescente se expressa em suas vivências.

4.3. Negligência Familiar contra Crianças e Adolescentes

4.3.1. A Negligência segundo a ótica das Assistentes Sociais

Nos relatórios e pareceres, que sistematizam a intervenção dos profissionais, o termo “negligência” apareceu em 16 (dezesseis) situações. O termo “omissão” aparece em 4 (quatro), seguido de “negligência materna” (3); “abandono” (2); “descuido” (1); “privação de cuidados básicos” (1); “inerte em relação aos cuidados do filho” (1); “relapso” (1)³³.

Nessa categorização é importante destacar que, nas ocasiões em que os termos aparecem nos relatórios - que descreve a situação verificada e as intervenções -, os mesmos explicitam as denúncias (de negligência familiar) feitas por parentes ou mesmo instituições, como Conselhos Tutelares³⁴. Quando os termos aparecem no parecer, revelam as impressões e análises dos profissionais. Os trechos destacados a seguir possibilitam identificar e diferenciar a descrição da situação (no relatório) e a impressão dos profissionais (no parecer):

O abrigo XXX comunicou que as crianças foram encaminhadas pelo Conselho Tutelar XXX, pois foram vítimas de negligência e maus tratos praticados pela genitora. (Relatório 5).

³³ - Há situações em que aparecem dois termos ou mais.

³⁴ - Os Conselho Tutelares foram criados com o ECA. São órgãos autônomos e não jurisdicionais, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos a lei. (Art. 131 à 140 - ECA). O Conselho tutelar recebe as denúncias quanto às formas de violação dos direitos da criança e do adolescente.

O presente caso caracteriza-se pela omissão (negligência) dos genitores quanto à tomada de atitudes positivas que favoreçam o bem estar emocional e afetivo dos infantes. (Parecer 6).

Na análise documental foi possível perceber que muitas situações explicitavam denúncias de negligência, mas não especificava de que forma a negligência ocorria. Entretanto, foi possível identificar em alguns pareceres, diferenciadas formas de negligência.

O genitor apresentou uma postura de negar as dificuldades da esposa e filha, não buscando tratamento; foi advertido de que tal postura se configura como negligência. (Parecer 4).

Nas ocasiões da visita, a genitora não tem colocado a oportunidade de estar com a filha como prioridade em sua vida: deixando-a a cargo de terceiros e/ou sozinha em casa, faltando com orientações adequadas para sua educação (estimula o uso de substâncias psicoativas e frequenta bares em sua companhia), não dando limites e/ou regras (permitindo que falte aos compromissos, não cumprindo horários). Talvez pela negligência materna, a adolescente tem apresentado mal comportamento em casa e na escola, expondo-se à situação de risco. (Parecer 9).

O presente caso caracteriza-se pela omissão dos genitores no que se refere ao cumprimento de suas funções em favor da criança: o suposto pai sequer reconheceu sua paternidade e, a mãe, vive maritalmente uma relação conturbada com outro companheiro, permeada por agressões verbais e físicas, a qual é avaliada pela própria infante como “não sendo muito boa para ela”. (Parecer 14).

A partir dessas percepções e análises das assistentes sociais, presentes nos pareceres, pôde-se observar que a negligência pode ocorrer com relação aos cuidados da saúde, uma vez que o adulto responsável nega tratamento de doenças, porque nega a própria doença da filha. Outra situação expõe várias formas, desde a falta de orientações na educação da filha com o estímulo ao uso de drogas; o não estabelecimento de limites ou regras. Na terceira situação, a profissional considera o próprio ato de não assumir a paternidade como uma omissão do genitor; quanto à genitora, a profissional estabeleceu uma relação direta entre a violência doméstica que a mãe estava vivenciando e a omissão desta com relação à filha.

Sobre este último dado, cabe uma problematização no que se refere às condições afetivas dos pais, condição esta que também é primordial para estes estabelecerem os devidos cuidados e a atenção com os filhos. Nesse sentido, percebe-se que não se trata de uma relação mecanizada, e a profissional poderia ter

aprofundado suas análises sobre as condições em que a mãe vivencia, até mesmo para não correr o risco de somente culpabilizar a genitora, que também vivencia uma situação de violência doméstica.

Nessa perspectiva, retomando o conceito de negligência familiar que é defendido nessa pesquisa, abordado no capítulo 1 desse estudo, esta se configura quando os pais ou responsáveis deixam de prover os cuidados necessários com os filhos trazendo riscos a estes, desde que tenham condições para tal. Para caracterizar a negligência, o descuido deve ser intencional.

As pessoas só são passíveis de serem responsabilizadas por negligência quando possuírem as condições para atender às necessidades daqueles que estão aos seus cuidados e voluntariamente se omitirem. (BAPTISTA e VOLIC, 2005).

Acerca das considerações sobre a negligência familiar das profissionais de Serviço Social, identificaram-se as seguintes concepções:

Negligência está muito associado à omissão, ao “deixar de fazer” dos pais/responsáveis – Art. 98 [ECA]. É um tipo de VDCA (violência doméstica contra a criança e o adolescente) grave e que pode ser fatal. (Assistente Social A).

Muitas vezes a negligência é fruto do desconhecimento por parte da família no que diz respeito aos direitos e deveres da família, como dos direitos e deveres das crianças e adolescentes. (Assistente Social B).

Quanto à suas opiniões sobre as possíveis causas ou condicionantes da negligência familiar:

Vão desde a falta de habilidades dos pais/responsáveis como questões culturais e de exclusão social. Lembrando também que a dependência química compromete muito o exercício das funções parentais. (Assistente Social A).

A falta de acesso às políticas públicas, o desconhecimento dos meios legais para garantia dos direitos fundamentais, a reprodução da cultura familiar na criação dos filhos, a omissão de cuidados básicos no sentido de suprir as necessidades físicas, de saúde, higiene e educação. (Assistente Social B).

Sobre a concepção de negligência familiar, percebe-se na fala da profissional A, que diferentemente do conceito adotado nessa pesquisa, não estabelece relações

entre a negligência e as condições sociais de vida dos pais. Entretanto, quando se pergunta sobre as possíveis condicionalidades da negligência, identificam-se suas considerações sobre as “questões de exclusão social”.

É nessa perspectiva que se deve problematizar a questão da negligência, pois se uma criança que está mal alimentada porque os pais estão desempregados e não têm dinheiro para comprar comida, estes estão sendo negligentes?

Dessa forma, cabe analisar a importância de se considerar a incidência das determinações objetivas da sociedade no cotidiano das famílias, pois a realidade não pode ser explicada apenas com base nas ações ou omissões dos sujeitos, numa ótica individualista e culpabilizante.

Nesse sentido, quando se pensa que a exclusão social pode condicionar a negligência familiar, essa afirmação deve ser analisada cuidadosamente. É nessa perspectiva que, para a pesquisadora Eunice Fávero, a questão da negligência é polêmica, pois envolve divergentes pontos de vista. Para a autora,

[...] a falta de cuidados dos quais uma criança necessita em razão da precariedade das condições socioeconômicas de sua família não pode dar margem a interpretações de maus tratos e negligência. Contudo, a subjetividade envolvida na interpretação desses atos (via de regra permeada por valores que mobilizam as pessoas ao relacionarem-se com crianças) pode contribuir para que o aparente descuido se sobreponha a uma análise crítica da precariedade socioeconômica que o engendra. (2001: 61).

Quanto às respostas da segunda profissional, observou-se a ênfase na questão do desconhecimento por parte da família dos direitos e deveres com relação aos cuidados na criação dos filhos, direitos esses, que também devem ser garantidos pelo Estado, através das políticas públicas. Nesse sentido, cabe a importância do trabalho dos assistentes sociais na socialização das informações e viabilização do acesso aos direitos sociais.

A profissional também destaca “a falta de acesso às políticas públicas” como um possível condicionante da negligência familiar. Entretanto, cabe se perguntar se esse fator constitui a negligência familiar ou a negligência do Estado, pois não é possível inferir da resposta, se a família, por exemplo, não *quer* ou não *consegue* matricular o filho na escola.

Os dados apresentados nesta pesquisa são semelhantes a outros estudos³⁵ que demonstram que na maioria dos casos de negligência, a família vivencia uma situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por isso, é importante refletir se a situação de negligência está relacionada às condições financeiras e se os responsáveis não tem sido culpabilizados ou punidos por sua condição social, quando o Estado poderia/deveria proporcionar condições adequadas de vida a toda a família. Tal análise não significa que está se estabelecendo uma relação causal ou direta entre negligência e condições financeiras, mas que existem fortes evidências de que a condição social influencia nos processos que envolvem a negligência, sendo necessário analisar, de forma mais profunda o grau desta influência.

Assim como as condições socioeconômicas dos genitores envolvidos, já identificadas nos dados dos relatórios, cabe analisar como os profissionais consideram a relação entre a negligência e as condições dos pais, a partir de suas percepções e/ou análises nos pareceres.

4.3.2. A intervenção do Serviço Social nas situações de negligência

Na análise documental foram identificadas algumas passagens nos pareceres sociais que remetem às condições materiais e/ou psicológicas dos genitores denunciados por negligência nos Autos Processuais.

“A genitora não possui condições materiais e, principalmente, mentais para garantir a integridade física e emocional da infante, como nunca teve para assumir os sete filhos que pariu”. (Parecer 1).

“Percebeu-se que há indícios de que a genitora apresenta algum transtorno psiquiátrico e quando se encontra em crise, parece negligenciar as crianças”. (Parecer 4).

“Durante o estudo social observou-se que a criança nutre afeto por sua genitora e seus irmãos, mas que, a despeito de tal sentimento e de sua tenra idade, soube se posicionar frente às dificuldades financeiras da genitora e compreender a escolha da mesma de lhe entregar para uma família substituta”. (Parecer 14).

³⁵ - Ver em: SEGER. Ângela C. B. P.; CALDART, Pâmela; GROSSI, Patrícia K. Desvelando a violência contra as crianças em um hospital universitário: desafios para o Serviço Social. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7286/5245>

Nessas situações é possível perceber as limitações das condições das genitoras, sejam financeiras e/ou psicológicas, que impediram ou dificultam os cuidados com os filhos. Nesses casos, a falta de condições deu margem a interpretações de negligência, por parte de denunciante e, em uma situação, por parte da profissional.

Por isso é importante reafirmar a relevância de se considerar as determinações mais gerais que incidem sobre a vivência dos sujeitos, de forma que possibilite a ultrapassagem da aparência das situações, dos aspectos singulares da vida cotidiana.

Sobre isso, a autora Luciana Álvares, em sua tese sobre o estudo social³⁶, analisa a existência de pareceres, cujas análises priorizaram a explicação e/ou elucidação da situação em estudo, com base nas relações familiares e na história familiar, não contemplando a existência da conexão do complexo estudado aos determinantes gerais que poderiam influenciar o contexto em estudo (2012: 120). A pesquisadora acrescenta

[...] a necessidade de serem realizadas análises mais ampliadas sobre quais os determinantes incidem sobre o complexo estudado, a fim de se perceberem os elementos que influenciam e incidem nessas matérias (conflito familiar, omissão, negligência ou falta de assistência de determinados sujeitos para com os seus familiares, entre outros), trazendo novos olhares que contribuirão para a compreensão de tais fenômenos, permitindo uma transposição da ótica dual do agente agressor e do sujeito vítima, dando visibilidade a possíveis necessidades desses sujeitos e apontando sugestões que possam ser apresentadas como alternativas para solucioná-las (p. 121).

Nesse sentido, quando as análises não consideram as grandes determinações e leis de uma dada formação social (PONTES, 1996: 10), corre-se o risco dessas análises se manterem no plano da imediatez. Dessa forma, em muitos pareceres sociais, observou-se que não há uma fundamentação teórica e/ou análise de conjuntura que se articule aos aspectos singulares da vida dos sujeitos.

A esse respeito, Álvares expõe que

[...] a informação desprovida da análise da situação social do sujeito demandatário da ação profissional, com base em referenciais teóricos consistentes, não permite o desvendamento da realidade em que se insere o usuário, e nem proporciona uma maior compreensão sobre a questão que originou a ação [...]. (2012: 120).

³⁶ - ÁLVARES, Luciana de Castro. O estudo social: um processo capaz de viabilizar Direitos? Franca: [s.n.], 2012. (Tese de Doutorado).

Trata-se, portanto, de uma práxis que se prende àquela situação singular. Por vezes, as próprias condições de trabalho dos profissionais, o cotidiano em que esses se inserem, dificultam o estabelecimento das mediações que possibilitem a ultrapassagem da singularidade para universalidade, e podem fazer com que os profissionais atendam exclusivamente às demandas institucionais. Aqui se encontram as contradições e desafios da prática profissional dos assistentes sociais.

Ainda sobre a imediatividade na prática profissional, Coelho analisa que

Na prática imediatista, o cotidiano encontra-se saturado de atividades que, aparentemente, não se conectam ao antes e não se desdobram no depois. Esta prática simplesmente é o que a emergência determina e requer a pronta resolatividade dos problemas, das demandas que aparecem, mesmo que signifique passá-las adiante, por meio de encaminhamentos. (2008: 79).

Portanto, o cotidiano impõe ao profissional o atendimento das demandas institucionais, na qual essas aparecem presas à imediatividade. Para o autor Pontes,

A demanda institucional aparece ao intelecto do profissional despida de mediações, parametrada por objetivos técnico-operativos, metas e uma dada forma de inserção espacial (bairro, município, etc.), programática (divisão por projetos ou áreas de ação) ou populacional (crianças, idosos, migrantes, etc.). (PONTES, ano: 14).

O profissional, consciente da direção social da profissão, que é fundada em certos princípios com base nas dimensões teórico-metodológica e ético-política, pode e deve ultrapassar as demandas institucionais.

Nessa perspectiva, sobre a avaliação das assistentes sociais quanto ao papel do Serviço Social na instituição, obtiveram-se as seguintes respostas:

Acredito e defendo a importância do Serviço Social no Judiciário, porque ele permite um olhar mais humanizado, acolhedor e justo sobre as demandas que chegam à instituição. Além de possibilitar uma escuta qualitativa do usuário. (Assistente Social A).

O profissional de Serviço Social assessora o magistrado, quando solicitado, fornecendo subsídios por meio de relatórios técnicos com sugestões de medidas protetivas de acordo com a avaliação adequada de cada situação apresentada. (Assistente Social B).

Pelas respostas, percebe-se que as profissionais não se deteram às atribuições da profissão na instituição, ou seja, as especificidades da intervenção do Serviço Social em relação às outras profissões. Na segunda resposta, isso é ainda

mais perceptível, uma vez que, a profissional apenas discorre sobre a competência dos assistentes sociais na instituição, sem fazer sua avaliação.

Quando perguntado se é possível distinguir os objetivos institucionais dos objetivos profissionais, apenas uma profissional respondeu que “*é possível, embora acredito na complementaridade dos dois*” (Assistente Social A).

Pelos dados, observam-se as dificuldades das profissionais em fazer a distinção entre o que a instituição solicita ao profissional, e o que o profissional deve analisar e intervir de acordo com seus conhecimentos e com suas atribuições e competências. Essas demandas não são excludentes, mas sim complementares, pois “a demanda profissional incorpora a demanda institucional, mas não se restringe a esta, podendo e devendo ultrapassá-la” (PONTES, 2008: 174).

É nessa perspectiva que as intervenções nos casos de violação dos direitos das crianças e adolescentes devem ser trabalhadas cuidadosamente, de forma que atenda não só a uma possível mudança/melhoria das condições da criança/adolescente, como também das condições desses pais, viabilizando o acesso aos direitos desses usuários.

A pesquisa também tentou identificar de modo geral como se daria a intervenção das assistentes sociais a partir de duas situações hipotéticas formuladas pela pesquisadora, as quais seguem abaixo:

Situação 1 - Família composta por mãe, pai e quatro filhos, cujas idades são 2, 4, 8 e 12 anos. Na vivência dessa família, a mãe é uma trabalhadora informal que recebe um salário mínimo (cerca de R\$ 680,00), ela sai de casa para o trabalho as 08h00min da manhã, retornando as 21h00min da noite (trabalha de 10hs as 19hs). O pai está desempregado e é alcoolista. Os filhos de 8 e 12 anos de idade estudam na rede pública de ensino próxima à sua residência. Já as crianças de 2 e 4 anos de idade ficam com o pai durante o dia, pois os genitores não conseguiram creche para esses infantes. Um parente dessa família está requerendo a guarda das crianças, alegando que “o pai bebe muito e não cuida dos infantes direito”.

Situação 2 – Família composta pela mãe e dois filhos: um de 13 anos de idade e outro de 5 anos. O genitor é desconhecido. A genitora está desempregada e, para sustentar sua família, faz “bicos de faxina” e vende doces no semáforo. O adolescente estuda pela manhã e no período contrário da escola, cuida do seu irmão mais novo. A mãe paga R\$ 50,00 por mês para uma vizinha cuidar da

criança de 5 anos, quando esta não está com o irmão. Por vezes, o adolescente falta as aulas na escola para ajudar a mãe com a venda dos doces, levando consigo o irmão mais novo. O Ministério Público, diante de denúncias de mendicância e considerando que o adolescente e a criança estão em situação de risco, ajuíza a Destituição do Poder Familiar da genitora e o acolhimento institucional dos mesmos.

Diante desses casos, a primeira questão perguntava quais seriam as possíveis situações na caracterização das demandas. A primeira Assistente Social respondeu que no primeiro caso, a genitora se encontra *“fora do mercado de trabalho”*, por estar trabalhando informalmente; há uma *“dependência química”* do pai; *“exclusão social da família”*, porque não conseguiram creche para os infantes; e *“negligência”* do pai. No segundo caso, a mesma respondeu: *“exclusão social”* porque a genitora está desempregada; *“trabalho infantil”*, e *“mendicância”*.

Quanto ao planejamento da intervenção, os procedimentos instrumentais adotados seriam: *“visita domiciliar para verificar in loco a situação real; entrevista com família, crianças, vizinhos, familiares”* (Assistente Social A). Aqui, cabe ressaltar a importância que a profissional concede à visita domiciliar, como um instrumental que possibilita se aproximar das condições da família, ou seja, para além do que está descrito nos Autos. É possível perceber também que crianças devem ser ouvidas em entrevista, podendo inferir que a profissional, respeitando o estágio de desenvolvimento da criança, deve considerar suas manifestações, conforme dispõe o ECA, sobre a colocação em família substituta³⁷.

A partir desses procedimentos, foi solicitado para que as profissionais explicassem o que consideravam mais relevante a ser analisado nessas situações:

“As condições das crianças; se a genitora se enquadra num perfil de mãe protetora; relação/vínculo entre mãe e filhos”. (Assistente Social A).

Observa-se, na resposta, a centralidade que é dada nas condições das crianças, pela própria natureza da instituição. Nota-se que a profissional centra a análise nas relações e vínculos familiares, e não considerou, na resposta, a exclusão social da família pela dificuldade no acesso às políticas públicas, situações essas descritas por ela na primeira resposta.

³⁷ - Art. 28, § 1º: Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.

Outro dado que chama atenção é sobre uma possível análise “se a genitora se enquadra num perfil de mãe protetora”. Aqui não é possível inferir quais os comportamentos ou atitudes que a assistente social considera para se “enquadrar” num “perfil de protetor”. Entretanto, percebe-se uma análise sobre as condições subjetivas dessa genitora. Nessa perspectiva, análises dessa natureza também devem ser cautelosas, no sentido de não expressarem os valores do profissional sobre a vivência da família ou o comportamento dos pais, a partir de um juízo de valor ou moralista.

A segunda assistente social consultada respondeu que as possíveis situações na caracterização das demandas seriam: “Negligência”; “conflito familiar”; “dependência química”. No entanto, não especificou as situações em cada caso. Portanto, não se pode inferir, por exemplo, se ela considerou a negligência em ambos os casos.

Sobre o planejamento da intervenção, a profissional descreveu:

“Realização de visitas domiciliares, abordagem com vizinhos, equipe escolar, família e órgãos de proteção que acompanham a situação. Entrevistas individuais com os responsáveis, crianças e adolescentes, discussão e avaliação do caso respeitando a individualidade de cada família.” (Assistente Social B).

Nessa resposta, nota-se que a profissional considera realizar as intervenções não somente com a família, mas também com as instituições do Estado: “escola; órgãos de proteção”. O que revela não só a responsabilização da família com proteção da criança/adolescente, mas que o Estado também é responsável pela proteção dessa família, e por isso, deve ser cobrado.

Nesse sentido, o que a profissional consideraria mais relevante a ser analisado nas situações seria:

“Verificar qual a rede de proteção dessa família e como ocorre a relação entre os mesmos. Quais as possibilidades de inserção da família em programas de auxílio e acompanhamento às famílias pelos serviços públicos que atuam na área.” (Assistente Social B).

Percebe-se, portanto, a prioridade em verificar se a família está tendo acesso aos direitos sociais, bem como intervir para que a mesma possa ter os direitos viabilizados.

Dessa forma, cabe enfatizar que a competência da equipe psicossocial dessa instituição, na qual se incluem as assistentes sociais, é de auxiliar o magistrado nas decisões que envolvem ações de Guarda e Responsabilidade, DPF, entre outros; isto

é, é a partir do estudo social ou psicossocial que o profissional irá fazer as sugestões ao Juiz, a partir do que observou e analisou. Entretanto, esses profissionais também têm uma autonomia para intervirem para além de uma determinação judicial, através de encaminhamentos, fazendo uma articulação com o Poder Executivo do Estado.

Nesse sentido, na análise dos pareceres sociais sobre as ações de Guarda e Responsabilidade, verificou-se que das 14 (quatorze) situações, houve a sugestão técnica de deferimento da guarda aos requerentes em 9 (nove) situações. Dessas, em apenas duas situações, as profissionais sugeriram encaminhamentos: uma sugestão para encaminhamento dos genitores para tratamento da dependência química; uma sugestão de encaminhamento dos responsáveis pela criança/adolescente para a rede de assistência social. Importante destacar que nessas 9 (nove) situações, a criança/adolescente já estava sob a guarda provisória dos requerentes.

Nas 4 (quatro) situações de Guarda, em que a criança/adolescente se encontrava sob a responsabilidade dos genitores/requeridos, descritas no início do capítulo, em todas elas, as profissionais sugeriram a manutenção da criança com os pais. Seguem trechos de dois pareceres.

“Percebeu-se que as crianças nutrem afeto pela genitora e são correspondidas. [...]. Com o intuito das crianças não serem institucionalizadas, sugere-se que as crianças continuem sob a responsabilidade da genitora, porém que a mesma seja acompanhada pelo Conselho Tutelar”. (Parecer 5).

“Verificando a relação afetiva entre o genitor e a criança, sugere-se a não retirada da criança dos genitores, visto que apesar das dificuldades na criação do infante, o genitor tem se esforçado e está disponível para fazer tratamento para dependência química.” (Parecer 7).

Em ambas as situações, as profissionais verificaram indícios de que os genitores faziam uso/abuso de substâncias psicoativas, e foram encaminhados para tratamento na rede pública de saúde. Tal postura revela a preocupação em garantir os cuidados àqueles que também necessitam de cuidados, numa ótica que não culpabiliza a família.

Observa-se também a importância que as assistentes sociais concedem aos vínculos afetivos entre criança e responsável. Entretanto, cabe ressaltar, que as análises devem ultrapassar as relações familiares, devendo abarcar também as determinações sociais e as condições objetivas que interferem na vivência das famílias e dos sujeitos, na tentativa de desvendamento da aparente demanda que chega ao profissional.

Verificou-se, também, pelos dados documentais uma situação de desistência de guarda, em que a avó requeria a desistência, porque o neto tinha retornado à residência da genitora, desejando permanecer por lá. Nessa situação, a profissional faz sugestões de: “Acolhimento institucional das crianças e adolescentes; obrigatoriedade de tratamento para dependência química; audiência de advertência para a genitora; suspensão do poder familiar da genitora até que a mesma comprove vinculação ao tratamento”.

O trecho do parecer que segue permite identificar a complexidade da situação, e é possível perceber que assim como a genitora tem direitos no âmbito da saúde, assistência social; a mesma tem deveres quanto à proteção dos filhos.

“Constatou-se que a genitora encontra-se, atualmente, em situação de desemprego e, embora a referida senhora receba benefícios assistenciais, há relatos e evidências de que a mesma não utiliza este recurso para efetivar os direitos referentes à saúde, alimentação e educação das crianças que estão sob seus cuidados. Verificou-se também que a requerida ainda encontra-se comprometida com o uso abusivo de substâncias psicoativas. Em vista disso, destacam-se relatos de que a genitora costuma fazer o uso das referidas substâncias, bem próximo aos seus filhos. Embora essa equipe e demais profissionais de outras instituições tenham realizado esforços para encaminhar a requerida para tratamento de dependência química, observa-se que a genitora não tem aderido às intervenções feitas pelos profissionais que acompanham sua família. [...]. A despeito de a criança ter direito ao convívio e ao cuidado pela família, o sistema de proteção infanto-juvenil não pode ignorar a possibilidade do acolhimento institucional como medida protetiva assegurada no arcabouço legal, a qual em alguns casos representa a única possibilidade de proteção”. (Parecer 12).

Identifica-se, nessa situação, a vulnerabilidade nas condições de vida dessa família, em que a genitora (chefe de família) se encontra desempregada e é dependente química. Verifica-se também o papel do Estado no que se refere ao sistema de proteção, mas que a genitora tem dificuldades em aderir aos encaminhamentos, intervenções, até mesmo de outras instituições. Nesse contexto, a profissional ressalta o dever do Estado na institucionalização e proteção da criança, até que a genitora faça tratamento da dependência química, e tenha mais condições para cuidar dos filhos.

A despeito das ações de DPF (seis situações), observou-se em duas situações, a inferência da profissional quanto ao contexto da dependência química presente na vida dos genitores.

“Na família da [genitora] há longo histórico de negligência e abandono [...]. A [genitora] e seus irmãos foram vítimas de negligência e abandono e a própria adolescente negligenciou e abandonou a criança. [...]. A genitora é moradora de rua e, ao que tudo indica, faz uso de substâncias entorpecentes.” (Parecer 15).

“Com relação ao genitor, verificou-se que o mesmo pratica mendicância e suspeita-se que faça uso de bebida alcoólica.” (Parecer 16).

Essas inferências, as quais não denotam muita segurança da avaliação da profissional, também devem ser cuidadosamente realizadas, a fim de não se analisar apenas a aparência ou emergência das demandas. Dessa forma, os profissionais devem analisar os demais fatores que podem incidir nas ações. Na primeira situação a genitora, menor de idade, está em situação de rua; na segunda, o genitor é deficiente visual e pratica mendicância. Trata-se, portanto, de situações de violação de direitos na trajetória de vida desses pais. Em ambas as situações, a assistente social deferiu o pedido de DPF e não sugeriu nenhum encaminhamento para esses genitores.

O contexto da dependência química, portanto, por vezes, interfere na vivência dos sujeitos que são atendidos no Judiciário. Com relação à negligência, a dependência química pode comprometer as condições físicas e, principalmente, mentais dos pais, o que pode ocasionar atitudes negligentes com relação aos filhos, como por exemplo, ao invés de destinar os recursos financeiros para comprar alimentos, destinar para o consumo de bebida alcoólica. A dependência de substâncias psicoativas não deve ser considerada como um problema moral dos indivíduos, mas sim como uma doença que pode ser fatal e necessita ser tratada.

Com relação às outras 4 (quatro) situações, uma, a profissional não se posicionou quanto à sugestão de deferimento ou indeferimento da DPF do genitor, priorizou a intervenção sobre as condições da criança que já estava residindo em outro Estado; a profissional sugeriu a solicitação de estudo acerca da situação da criança.

Acerca das demais situações, seguem passagens dos pareceres sugerindo, ora deferimento, ora indeferimento da DPF.

“O genitor, mesmo sabendo onde se encontra a filha, assume atitude bastante passiva quando se coloca na condição de ‘esperar’ que a tia lhe procure ‘caso a filha necessite de algo’, esquecendo-se de que as necessidades de uma criança são diárias: alimentação, roupas, calçados, remédios, educação, informação, carinhos, etc. [...]. O genitor se omite frente aos direitos e interesses dos infantes, ele não impõe para si a responsabilidade do exercício da função paterna para [os filhos]”. (Deferimento). (Parecer 17).

“A genitora, mesmo sabendo onde se encontra o filho, assume atitude bastante passiva e acomodada quando se coloca na condição de ‘não abrir mão do que possui’ em prol da convivência com a criança. Ela demonstra não nutrir afeto suficiente pelo filho para assumir a responsabilidade sob o mesmo, deixando tal protagonismo para terceiros. [...]. O genitor que esteve ausente e também inerte em relação aos cuidados do filho, durante o atendimento manifestou interesse em tomar para si a responsabilidade do exercício da função paterna para a criança”. (Sugestão de deferimento de DPF apenas da genitora “considerando que existe a possibilidade de reintegração do infante junto ao genitor”). (Parecer 18).

“A sua postura intransigente (não acompanhar o tratamento/consultas, desautorizar/desqualificar a genitora e questionar a competência da profissional médica, principalmente, na frente do filho) contribui para o sofrimento emocional [do adolescente], uma vez que: amplifica as disputas e embates entre o par parental, não permite ao filho receber o tratamento de forma adequada, além de não favorecer ao amadurecimento [do adolescente] para que seja corresponsável por sua saúde. [...]. Sugerimos indeferimento do pleito devido à grande representação que a figura paterna está consolidada para o jovem em tela, o que auferimos como elemento importante.” (“Sugestão de audiência de advertência do genitor em razão de sua omissão e abuso no que se refere ao tratamento de saúde de seu filho”). (Parecer 20).

Observam-se, nessas análises, termos como: “atitude passiva”, “postura intransigente”, as quais possibilitam inferir avaliações sobre comportamentos. Chama atenção também o termo “exercício da função paterna”. Essas expressões revelam a complexidade em se trabalhar com o tema da negligência, uma vez que, o desafio em classificar esse fenômeno reside no fato de se identificar padrões de cuidado e supervisão dos pais em relação aos filhos.

Sobre esses comportamentos, cabe ressaltar que não se pode analisá-los por si mesmos, pois estes se inserem em um conjunto de determinações sociais mais gerais, conforme analisa a autora Azevedo (2002: 2): “Essas atribuições de “funções” para a família existem e são construções sociais, encontrando-se intimamente ligadas aos contextos histórico, social, político e econômico de cada realidade”.

Nesse sentido, o contexto da subjetividade também é central na temática da negligência, o que traz mais desafios aos profissionais de Serviço Social. Entretanto, embora não seja possível separar a subjetividade das condições objetivas de vida dos sujeitos, uma vez que, ambas se relacionam, os assistentes sociais são capacitados para analisarem as condições objetivas, mesmo porque não possuem formação para trabalhar com os comportamentos dos indivíduos, no sentido terapêutico. Isto é, os

assistentes sociais devem tentar compreender essa subjetividade à luz das determinações sócio-históricas e intervir na realidade concreta dos usuários.

Conforme analisa Iamamoto,

O trabalho profissional exige captar e reconstruir os processos sociais desencadeados das situações vividas em nível individual e/ou familiar, nas suas múltiplas relações e determinações, permitindo sua interpretação crítica. [...] *o trabalho com indivíduos e famílias não incide sobre fragmentos isolados da vida social, mas as situações individuais e/ou familiares condensam dimensões, simultaneamente, universais, particulares e singulares da vida em sociedade.* (2004: 286).

Dessa forma, o tema da negligência traz desafios aos assistentes sociais, já que esses não devem priorizar suas análises nas questões subjetivas, mas devem tentar buscar a relação do fenômeno com as determinações societárias, no sentido de ultrapassar a singularidade, e contribuir para a desconstrução das culpabilizações e moralismos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou contribuir com reflexões sobre a intervenção do Serviço Social, compreendendo os desafios postos a essa profissão, na atualidade, nas intervenções com a realidade dos sujeitos. Desafios esses, também atrelados à própria instituição e ao cotidiano de trabalho profissional na área sociojurídica.

Discutir o fenômeno da negligência muitas vezes é polêmico porque abarca pontos de vista divergentes. A negligência é uma atitude, um comportamento, baseado em ações e/ou omissões. Desse modo, não é possível ignorar o componente subjetividade que permeia a discussão. No entanto, esse aspecto da vida singular deve estar atrelado às condições objetivas de existência dos indivíduos.

Observou-se nessa pesquisa que a atuação profissional nos casos de negligência enfatiza muitas vezes posturas e atitudes deixando de focar ou contemplando pouco a realidade concreta desses sujeitos. Em algumas situações analisadas, a intervenção profissional do Serviço Social nem sempre contempla a análise de determinações presentes nos processos de negligência como, por exemplo, as condições econômicas e sociais de pais e mães que, por sua vez, são reflexos das contradições de classe, de gênero e raciais, estando fora do controle desses sujeitos.

Portanto, ressalta-se a importância de se considerar as condições daqueles que estão sendo responsabilizados por *negligenciarem* os filhos, como um esforço de se buscar a universalidade, as leis sociais que se conectam com as situações pessoais e familiares.

Nessa perspectiva, essa pesquisa também evidenciou, mais uma vez, a situação de pobreza na maioria das famílias que perderam a guarda de seus filhos (situação anterior às intervenções do Serviço Social). Tal fato reflete as contradições da própria realidade na sociedade capitalista, na qual tende a individualizar e moralizar as expressões da questão social.

Tais contradições necessitam de compreensão e enfrentamento pelos assistentes sociais. Segundo Iamamoto, as desigualdades sociais condensadas na pobreza afetam as condições materiais e subjetivas de vida, os vínculos sociais, as formas de pertencimento, a moralidade e dignidade dos sujeitos que passam a enfrentar a violência social, da qual aquelas desigualdades são portadoras (2004: 287).

Cabe também reafirmar que a própria instituição sociojurídica impõe limitações ao trabalho dos profissionais. O Poder Judiciário carrega a burocracia e resquícios do conservadorismo funcionalista, que se desenvolvem na contramão da atual direção social e política do Serviço Social. Suspender o cotidiano profissional e ultrapassar as

demandas institucionais imediatas é uma tarefa que não é fácil para esses profissionais, na qual exige um saber teórico consistente. Dessa forma, os profissionais devem conhecer e saber distinguir os objetivos da instituição e os objetivos da profissão, a fim de não acatarem determinações institucionais que firam os princípios e diretrizes do Código de Ética do Assistente Social.

Nesse sentido, teoria e prática não devem ser vistas como dicotômicas ou desarticuladas, pois a realidade, para além de sua aparência, só pode ser explicada com base em uma teoria que considere os processos sociais a partir de um movimento dialético sobre a compreensão da sociedade capitalista.

Com relação aos objetivos do estudo, evidencia-se que a pesquisa contemplou a análise dos relatórios e pareceres, tentando identificar as condições objetivas e subjetivas da vivência dos sujeitos atendidos pelo Serviço Social, assim como as concepções de negligência e de família das profissionais. Dessa forma, observou-se, nas intervenções, um certo foco nas demandas institucionais, privilegiando as condições da criança que esteve com seus direitos violados. Esse fato é influenciado pelas características da instituição, onde prevalece o culto à autoridade.

Outro dado que chamou atenção nessa pesquisa foi o contexto da dependência química dos genitores que, a princípio, pode revelar contradições com o conceito de negligência adotado no estudo. Nesse sentido, não foi possível aprofundar teoricamente nessa temática, mas compreende-se a importância de pesquisas que façam uma articulação maior entre a negligência e a dependência química. O que se percebe é que esses sujeitos também necessitam de cuidados e as profissionais, em suas intervenções, procuram viabilizar o acesso os direitos desses pais que, por sua vez, também estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quanto à intervenção das profissionais com aqueles pais considerados negligentes, cabe refletir que o trabalho das assistentes sociais se desenvolve através de orientações, não só sobre os direitos, mas também sobre os deveres para com os filhos. Contudo, entende-se que essas intervenções devem ser cuidadosas a ponto de não refletir valores morais das profissionais, ou mesmo ações que busquem “reajustar” comportamentos.

Nessa perspectiva, o Código de Ética dos profissionais de Serviço Social também estabelece que é dever do assistente social abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade e o policiamento dos comportamentos; assim como dispõem que é vedado aos assistente

sociais assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado pessoal e tecnicamente³⁸.

O trabalho do Serviço Social com famílias, portanto, supõe pensar essas famílias inseridas nas relações desiguais de dominação. De acordo com Miotto, o terreno sobre o qual a família se movimenta não é o da estabilidade, mas o do conflito, o da contradição. As relações são profundamente marcadas pelas contradições entre as expectativas que a sociedade tem e as possibilidades objetivas de realização (2000: 219).

Portanto, é importante compreender que os valores são abstratos, podem não ser realizáveis para algumas realidades. Dessa forma, o Judiciário não pode e não deve julgar essas famílias, que também se encontram com seus direitos violados, com base em valores que não são naturais, mas que foram socialmente construídos.

Cabe ressaltar que também não se trata de culpabilizar as assistentes sociais, mas de compreender a complexidade e desafios que estão postos para o trabalho profissional. Trabalho este em realidades onde, muitas vezes, a criança trabalha; os pais são violentos; o marido é alcoolista e, muitas vezes, agride mulher e filhos; a mulher é deprimida; a mulher estabelece uma relação conflituosa ou violenta com os filhos; os pais estão desempregados; condições precárias de habitação, entre outros. Uma intervenção que se insere na hierarquia e, também, supõe uma decisão judicial para transformar realidades.

Portanto, o Serviço Social nesta instituição sociojurídica, enfrenta vários desafios, alguns vinculados às características da instituição, outros relacionados aos temas que são focos da intervenção profissional, muitas vezes, conflituosos, polêmicos, ambíguos. Intervir nestes temas exige análises complexas que abordem não só a realidade dos sujeitos e famílias, mas que também considere as determinações sociais das situações para que não haja uma responsabilização individual ou familiar em contraposição ao papel do Estado como provedor e garantidor de direitos.

³⁸ - Dos direitos e das responsabilidades gerais do assistente social, arts. 2º e 3º (CFESS, 1993).

REFERÊNCIAS

ALAPANIAN, Silvia. Serviço Social e poder judiciário: reflexões sobre o direito e o poder judiciário: volume 1. São Paulo: Veras Editora, 2008.

ALAPANIAN, Silvia. Serviço Social e poder judiciário: reflexões sobre serviço social no poder judiciário: volume 2. São Paulo: Veras Editora, 2008.

ÁLVARES, Luciana de Castro. O estudo social: um processo capaz de viabilizar Direitos? Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2012. (Tese de Doutorado em Serviço Social).

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, 1981.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. Azevedo. Infância e violência fatal em família: primeiras aproximações ao nível de Brasil. São Paulo: Iglu, 1998.

_____. Especialização em violência doméstica contra criança e adolescente: o castigo dos casos quebrados. Módulos 1, 2 e 3. São Paulo: Lacri/USP, 2006.

AZEVEDO, Renata Custódio de. Negligência, família e gênero: desvendando as representações e ações dos(as) conselheiros(as) tutelares de Fortaleza. Ceará, UECE, 2002. (Art. de monografia de Serviço Social). Disponível em: https://www.propppq.uece.br/semana_universitaria/anais/.../sociais_24.rtf

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROCO, Maria Lúcia S. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2009.

BATISTA, Myrian V.; VOLIC, Catarina. Aproximações ao conceito de negligência. 2005. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nca/producao/negligencia.pdf>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Brasília: Secretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 2010.

BRASIL. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente - 7. ed.- Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Lei nº. 10406 de 10 de janeiro de 2002. Novo Código Civil.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político do serviço social. In: Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro, 2002, p. 405-419.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 1993.

COELHO, Marilene Aparecida. Imediaticidade na prática profissional do assistente social. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2008. (Tese de Doutorado em Serviço Social).

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf

FÁVERO, Eunice T. Rompimento dos vínculos do pátrio poder: condicionantes socioeconômicos e familiares. São Paulo: Veras Editora, 2001.

_____. Serviço Social, práticas judiciais, poder: implantação e implementação do serviço social no juizado da infância e da juventude de São Paulo. São Paulo: Veras Editora, 2005.

FÁVERO, Eunice T.; GUEIROS, Dalva A. A realidade social e percurso de famílias com filhos abrigados. 2009. Disponível em: <https://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-267.pdf>

FÁVERO, Eunice T.; VITALE, Maria Amália F.; BAPTISTA, Myrian V. (orgs.). Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: Serviço Social e sociedade n. 91. São Paulo: Cortez, 2007, p. 5-33.

GONTIJO, Segismundo. A família na constituição. In: LIPPI, José Raimundo S. Abuso e negligência na infância: prevenção e direitos. Rio de Janeiro: Editora Científica Nacional, 1990, p. 153-181.

IAMAMOTO, Marilda V. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na

atualidade. In: CFESS. Atribuições privativas do assistente social em questão, 2012.

_____. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistentes social na área sociojurídica. In: SALES, M. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 261-297.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

IPEA/CONANDA. O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, 2004.

LIPPI, José Raimundo S. Abuso e negligência na infância: prevenção e direitos. Rio de Janeiro: Editora Científica Nacional, 1990.

LYRA, Jorge; LEÃO, Luciana S.; LIMA, Daniel C.; TARGINO, Paula; CRISÓSTOMO, Augusto; SANTOS, Breno. Homens e cuidado: Uma outra família? In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria A. F. (orgs). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002, p. 79-91.

MARCOSIN, Cleier. Documentação em serviço social: debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Iolanda (orgs). Serviço social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010, p. 65-76.

MINAYO, Maria Cecília S.; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIOTO, Regina Célia T. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: Capacitação em serviço social e política social. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD/UNB, 2000, p. 215-224.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. In: Serviço Social e Sociedade, nº. 110. São Paulo, 2012, p. 270-287.

_____. A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2009.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. “Famílias e Patriarcado: da Prescrição Normativa à Subversão Criativa”. In: Psicologia e Sociedade, n. 18. Rio Grande do Sul, 2006, p.49-55. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>

NASCIMENTO, Maria L.; CUNHA, Fabiana L. e VICENTE, Laila M. D. A Desqualificação da Família Pobre como Prática de Criminalização da Pobreza. Universidade Federal Fluminense, 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: Capacitação em serviço social e política social. Módulo 01. Brasília: CEAD/UNB, 1999, p. 141-159.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1989, p. 63-89.

OLIVEIRA, Maria Cristina. As múltiplas “faces” da negligência nas situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP. São Paulo, 2006.

PONTES, Reinaldo N. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo Serviço Social. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. A Categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. 1996. Disponível em: <https://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>

_____. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: Capacitação em serviço social e política social. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD/UNB, 2000, p. 35-50.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: Serviço Social e sociedade nº. 107. São Paulo, 2011, p. 420-437.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTORO, JR, M. Maus-tratos contra crianças e adolescentes. Um fenômeno antigo e sempre atual. *Pediatr Mod.* 2002 Jun; 38(6), p. 279-283. Disponível em: https://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r0038id_materia=1955

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria A. F. (orgs). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 21-36.

_____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2009.

SAWAIA, Bander B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria A. F. (orgs). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 39-50.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. 1989. Disponível em: <https://wesleycarvalho.com.br/wp-content/uploads/Gênero-Joan-Scott.pdf>

SEGER. Ângela C. B. P.; CALDART, Pâmela; GROSSI, Patrícia K. Desvelando a violência contra as crianças em um hospital universitário: desafios para o Serviço Social. In: *Textos e Contextos*, v. 9, n. 1, p. 118 – 131. Porto Alegre: 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7286/5245>

SILVA, Lídia Maria M. P. *Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia*. São Paulo: Cortez, 1982.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1996.

Site consultado: <https://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>

ANEXOS

Anexo 1 (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *“Negligência familiar contra crianças e adolescentes: análise sobre a intervenção do Serviço Social na Área Sociojurídica”*, de responsabilidade de *Amanda de Fátima Andrade Santos*, aluna de graduação da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é *analisar as condições objetivas e subjetivas de vida dos sujeitos que vivenciam situações de negligência familiar, e como essas condições são apreendidas pelo assistente social em sua intervenção profissional*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio da *técnica de entrevista com profissionais de Serviço Social de uma instituição judiciária do DF que atuam com crianças e adolescentes negligenciados, assim como será realizada uma análise documental sobre alguns relatórios e pareceres elaborados por esses profissionais*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para a discussão da negligência familiar contra crianças e adolescentes a partir da perspectiva teórica compartilhada pelo Serviço Social, o que poderá contribuir para reflexões sobre as intervenções dos profissionais que trabalham cotidianamente com essas demandas.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 9307-0359 ou pelo e-mail amanda.fatima23@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da sistematização da pesquisa, que será apresentada como trabalho de conclusão do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, podendo ser publicado posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do(a) participante

Assinatura do (a) pesquisador(a)

Brasília, ____ de _____ de 2013

Anexo 2 (Parecer do CEP)

INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS / UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA /
CAMPUS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Negligência Familiar contra crianças e adolescentes: análise da intervenção do Serviço Social na Área Sociojurídica

Pesquisador: Lucélia Luiz Pereira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 14963413.4.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas/UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 280.901

Data da Relatoria: 06/06/2013

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa consiste no trabalho de conclusão do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, tem como tema central a negligência familiar contra crianças e adolescentes e a intervenção do Serviço Social diante dessas demandas, na área sociojurídica. A problematização que guiou este estudo se refere aos condicionantes objetivos e subjetivos que interferem nos contextos em que a negligência acontece, problematizando igualmente, como se dá a atuação dos assistentes sociais nesses casos. A escolha do tema a ser pesquisado se torna relevante por compreender, diante de dados da realidade, que a negligência familiar é uma das modalidades de violência doméstica contra crianças e adolescentes mais frequentes, considerando, ainda, que é uma questão que necessita ser discutida abarcando suas controvérsias numa perspectiva de totalidade. Nesse sentido, como objetivo geral, a pesquisa propõe analisar as condições objetivas e subjetivas presentes nas situações de ameaça a perda da guarda e do poder familiar de crianças e adolescentes negligenciados, e como essas condições são apreendidas pelo assistente social em sua intervenção profissional. Para tanto, essa pesquisa terá como metodologia uma abordagem de natureza qualitativa sobre o fenômeno da negligência. O local de realização da pesquisa será em uma instituição sociojurídica do Distrito Federal, com os profissionais de Serviço Social da referida Seção, utilizando os instrumentais de entrevista e análise documental da sistematização das intervenções desses profissionais. Analisar as condições objetivas e subjetivas presentes nas situações de ameaça a perda da guarda e do poder familiar de crianças e adolescentes negligenciados, e como essas condições são apreendidas pelo assistente social em sua intervenção profissional.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto poderá gerar benefícios ao funcionamento da Assistência Social na Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal. Os riscos são mínimos, se salvaguardadas as práticas de anonimato das identidades envolvidas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não é preciso restringir o número de processos analisados. O CEP/IH não faz esse tipo de interferência no projeto dos pesquisadores. Mas apenas sugerimos que você tente resguardar o sigilo da identidade das famílias envolvidas nos processos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Omitir a instituição onde será feita a pesquisa é uma ótima solução quando a pesquisa for ser divulgada para públicos externos à instituição. Mas se a pesquisa for ser devolvida para as

pessoas pesquisadas, esse cuidado ético não é suficiente, já que a instituição sabe quem você entrevistou. Assim, tente borrar a identidade das assistentes sociais entrevistadas, não revelando, por exemplo, idade, lugar de nascimento, estado civil etc., informações que podem identificá-las. Além disso, falar em termos coletivos, em vez de apontar os indivíduos, pode ajudar também. São apenas sugestões para que proteger os sujeitos no caso de poucos entrevistados.

Outras informações estão respondidas e claras. Projeto aprovado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados estão de acordo com a resolução 196/96 da CONEP e com as orientações do CEP/IH.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

BRASILIA, 23 de Maio de 2013

Assinador por:

Debora Diniz Rodrigues
(Coordenador)

APÊNDICES

Apêndice 1

Questionário para Análise Documental

Guarda e Responsabilidade ()

Destituição do Poder Familiar ()

Termos identificados no relatório e parecer que se referem à negligência familiar:

() Negligência () Descuido () Desleixo () Omissão () Abandono

Outros: _____

Obs: _____

Relatório Social

1) Responsável/Responsáveis pela negligência³⁹:

() Genitor () Genitora () Responsável do sexo feminino. Quem? _____

() Responsável do sexo masculino. Quem? _____

Idade(s): _____

2) Sexo da(s) crianças/adolescentes a que se refere o relatório e parecer:

() F () M Idade: _____

3) Família da/do(s) responsáveis pela negligência

() Família monoparental chefiada por mulher.

() Família monoparental chefiada por homem.

() Família heteroafetiva composta por pai e mãe.

() Família heteroafetiva composta por tia e tio.

³⁹ - Aquele que é acusado de negligência nos Autos Processuais.

() Família heteroafetiva composta por avô e avó.

() Família homoafetiva composta por mulheres.

() Família homoafetiva composta por homens.

Outros: _____

Obs: _____

4) Família da/do(s) responsáveis pela criança/adolescente

() Família monoparental chefiada por mulher.

() Família monoparental chefiada por homem.

() Família heteroafetiva composta por pai e mãe.

() Família heteroafetiva composta por tia e tio.

() Família heteroafetiva composta por avô e avó.

() Família homoafetiva composta por mulheres.

() Família homoafetiva composta por homens.

Outros: _____

Obs: _____

5) Condições socioeconômicas:

Atividade Profissional da/do(s) responsáveis pela negligência: _____

Atividade Profissional da/do(s) responsáveis pela criança/adolescente: _____

Renda Familiar da/do(s) responsáveis pela negligência:

() sem renda () até 1 salário mínimo⁴⁰ () de 1 a 2 salários mínimos () de 2 a 3

() de 3 a 4 () de 4 a 5 () mais de 5 salários mínimos () não identificado

Renda Familiar da/do(s) responsáveis pela criança/adolescente:

⁴⁰ - O valor do salário mínimo correspondente aos anos de 2011 e 2012 variou entre R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) e R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).

() sem renda () até 1 salário mínimo () de 1 a 2 salários mínimos () de 2 a 3

() de 3 a 4 () de 4 a 5 () mais de 5 salários mínimos () não identificado

Recebem algum benefício? Qual/quais: _____

Foi identificado se a/o(s) responsáveis pela negligência ou a/o(s) responsáveis pela criança/adolescente tem dificuldades no acesso às políticas públicas? Quais? _____

6) **Condições psicológicas:**

Há referência de que o genitor, genitora, guardião/guardiã ou a/o(s) responsáveis pela negligência possui algum tipo de transtorno mental? Quem? _____

Realiza tratamento? _____

Há referência de que o genitor, genitora, guardião/guardiã ou a/o(s) responsáveis pela negligência faz uso/abuso de substâncias psicoativas? Quem? _____

Realiza tratamento? _____

Parecer Social

7) Acerca da família, há termos que se referem à família da/do(s) responsáveis pela criança/adolescente, ou à família da/do(s) responsáveis pela negligência como “desequilibrada”? Citar trecho: _____

8) Foi possível identificar o reforço do papel da família na responsabilidade pelo cuidado da criança e/ou do adolescente? Citar trecho: _____

9) Foi possível identificar pré-julgamentos de valor ou moralista do/da profissional em relação à situação da/do(s) responsáveis pela criança/adolescente, ou da/do(s) responsáveis pela negligência no parecer? Citar trecho: _____

10) O parecer está fundamentado teoricamente? Há alguma referência teórica? Foi possível identificar alguma análise de conjuntura? Citar trecho: _____

11) A situação de negligência motivou a retirada da criança da família? Qual foi a sugestão/opinião técnica do/da profissional? _____

Apêndice 2

Roteiro para Entrevista Semiestruturada com profissionais de Serviço Social

Identificação dos(as) profissionais:

Sexo: F() M()

Ano de graduação em Serviço Social: _____

Possui pós-graduações e/ou especializações? Quais? _____

Percurso profissional: _____

Tempo de trabalho na instituição: _____

- 1) Qual a sua avaliação sobre o papel do Serviço Social nesta instituição?

- 2) Quais as suas considerações sobre a *família* na contemporaneidade?

- 3) Como você considera e problematiza a negligência familiar contra crianças e adolescentes?

- 4) Para você, quais são as possíveis causas ou condicionantes da negligência familiar?

Descrição de duas situações hipotéticas:

Situação 1 - Família composta por mãe, pai e quatro filhos, cujas idades são 2, 4, 8 e 12 anos. Na vivência dessa família, a mãe é uma trabalhadora informal que recebe um salário mínimo (cerca de R\$ 680,00), ele sai de casa para o trabalho as 08h00min da manhã, retornando as 21h00min da noite (trabalha de 10hs as 19hs). O pai está desempregado e é alcoolista. Os filhos de 8 e 12 anos de idade estudam na rede pública de ensino próxima à sua residência. Já as crianças de 2 e 4 anos de idade ficam com o pai durante o dia, pois os genitores não conseguiram creche para esses infantes. Um parente dessa família está requerendo a guarda das crianças, alegando que o “pai bebe muito e não cuida dos infantes direito”.

Situação 2 – Família composta pela mãe e dois filhos: um de 13 anos de idade e outro de 5 anos. O pai é desconhecido. A genitora está desempregada e, para sustentar sua família, faz bicos de faxina e vende doces no semáforo. O adolescente estuda pela manhã e no período contrário da escola, cuida do seu irmão mais novo. A mãe paga R\$ 50,00 para uma vizinha cuidar da criança de 5 anos, quando esta não está com o irmão. Por vezes, o adolescente falta as aulas na escola para ajudar a mãe com a venda dos doces, levando consigo o irmão mais novo. O Ministério Público, diante de denúncias de mendicância e considerando que o adolescente e a criança estão em situação de risco, sugere a Destituição do Poder Familiar da genitora e o acolhimento institucional dos mesmos.

Questões:

- 1) Quais as possíveis situações na caracterização dessas demandas? Ex. Se é negligência familiar, etc.
- 2) Descreva brevemente como seria sua intervenção.
- 3) Explique o que considera mais relevante a ser analisado nessas situações.